

# AGENDA DF

10 recomendações do Movimento Nossa Brasília para o GDF



INTRODUÇÃO

1 RESÍDUOS SÓLIDOS

2 TRATAMENTO DE ESGOTO

3 ÁGUA

4 MOBILIDADE URBANA

5 EDUCAÇÃO

6 TRABALHO E RENDA

7 SAÚDE PÚBLICA

8 ORÇAMENTO PÚBLICO

9 CULTURA

10 EQUIDADE SOCIAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

# INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 acentuou o que já era a dura realidade do Distrito Federal: enormes desigualdades que abrem fossos entre as chamadas regiões nobres - Plano Piloto, Lagos Sul e Norte, Sudoeste - e as cidades periféricas, tais como Estrutural, Fercal, Itapoã. Por isso, o Instituto de Estudos Sócioeconômicos (INESC) e Movimento Nossa Brasília, com o apoio da Oxfam Brasil, lançam a Agenda 10 DF: 10 recomendações do Movimento Nossa Brasília para o Governo do Distrito Federal (GDF), em 2021.

O Movimento Nossa Brasília nasceu em 2012 e desde então, junto com seus Grupos Temáticos de Mobilidade Urbana, Gênero e Sexualidade e Cultura tem coletado e agrupado, em diferentes edições do Mapa das Desigualdades, indicadores sobre políticas públicas. Analisamos também o orçamento público, para que organizações da sociedade civil e movimentos sociais possam incidir sobre parlamento e executivo com dados da realidade.

As diversas Pesquisas Distritais Por Amostra de Domicílios (PDAD) realizadas pela Companhia de Planejamento do

Distrito Federal (Codeplan-DF), têm sido base de nossa intervenção, apesar de serem pesquisas de percepção. Nossa experiência demonstra que seria importante que o governo da capital do país disponibilizasse dados desagregados, bem como o orçamento público fosse georreferenciado, para que a sociedade tivesse acesso a informações relevantes e tempestivas sobre seu território e os governos pautassem seus planejamentos com intenção de reduzir as desigualdades que nos envergonham. O DF ocupa segundo lugar entre estados brasileiros mais desiguais, atrás apenas de Sergipe.

Realizamos uma análise dos pontos mais críticos, agravados com a pandemia, para incidir junto ao executivo, visando a melhoria de vida especialmente das populações periféricas. Nessas regiões, o Estado se ausenta de seu papel social e a precarização das políticas de saneamento básico facilitam que a pandemia e outras doenças se alastrem com mais rapidez, até porque as condições de moradia também são precárias. No bairro Santa Luzia, por exemplo, na Cidade Estrutural, a maioria das casas é de

madeirite, onde moram famílias numerosas, que não têm condições de fazer isolamento social.

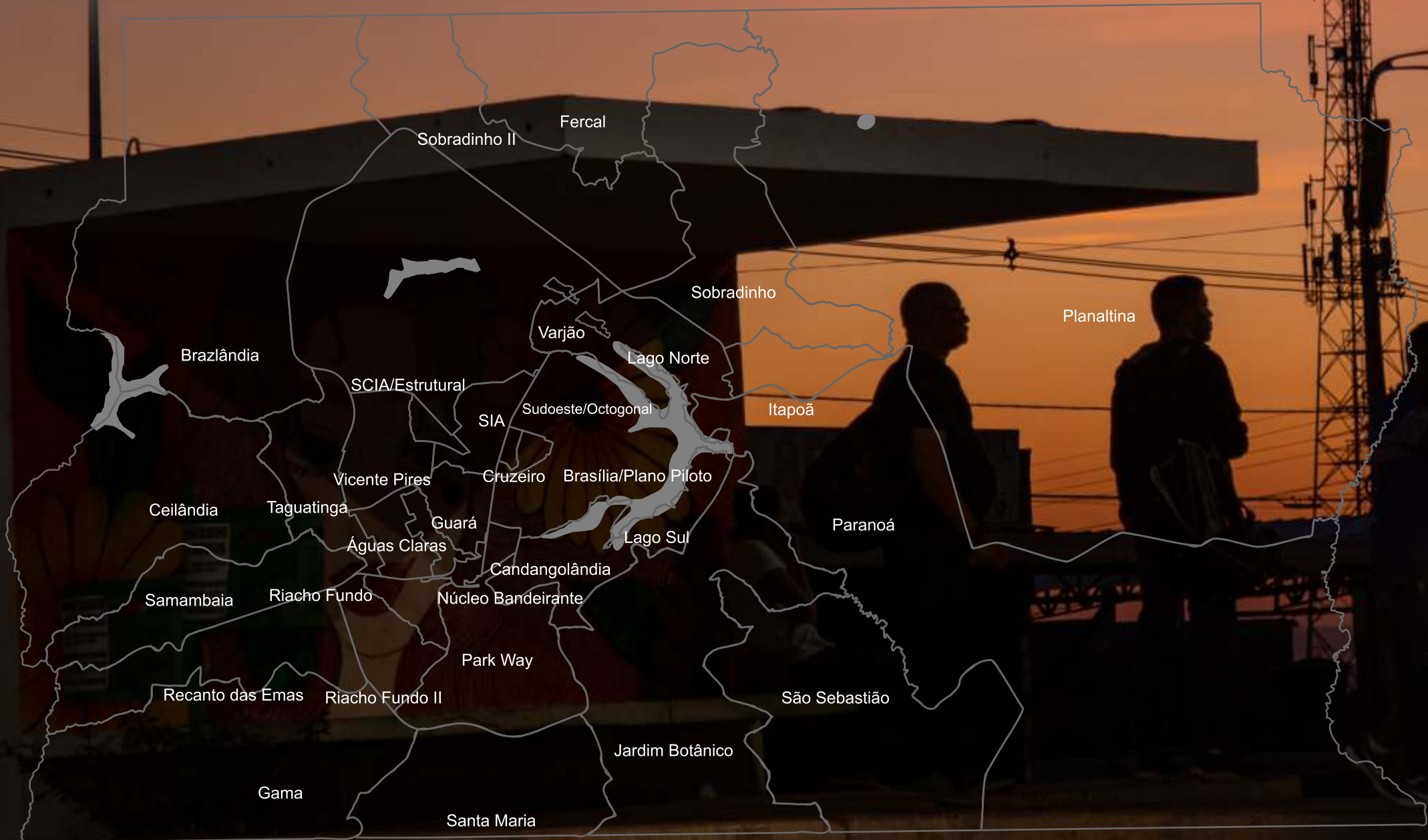
Outra política que sente um alargamento das desigualdades em decorrência da pandemia é a educação, pois boa parte dos estudantes das escolas públicas tem acesso precário a computadores, celulares e sinal de internet, especialmente nas áreas rurais, e nas cidades mais pobres. Muitos só têm telefone pré-pago, com pacote de dados reduzido, que não permitem acessar plataformas necessárias. Será preciso maior investimento para que essas desigualdades sejam reduzidas. E as perdas de 2020 sejam reparadas com escolas preparadas para o distanciamento social e os estudantes com equipamentos e internet.

Da mesma forma, no que tange à saúde, o governo tem de dar conta do que foi adiado em 2020 e ainda atender aos pacientes com Covid-19, que infelizmente ainda está forte entre nós. No entanto, os caminhos previstos apontam em direção contrária, não havendo recursos suplementares

para isso, lembrando que ainda precisamos adquirir a vacina para toda a população.

Dialogamos, também, com transporte público, cultura, políticas antirracistas e antissexistas, orçamento com mais transparência e facilitado para o controle social. E que sejam incentivadas abertura de novas vagas para trabalhadores com carteira assinada, especialmente entre jovens de 18 a 29 anos, faixa etária com maior número de desempregados, e que estão fora do sistema de ensino; além de criada política de renda básica.

Esperamos que aqueles que ocupam o Palácio do Buriti tenham sensibilidade e ouçam a população para que a crise agravada seja atacada com vontade política e priorizando os territórios e grupos sociais com menos acesso aos equipamentos públicos, onde a inexistência do papel social do Estado é evidente e preocupante.



# RESÍDUOS SÓLIDOS

1

**AÇÃO EMERGENCIAL:**

Garantir a chegada da coleta seletiva em todas as Regiões Administrativas (RAs) do DF a partir da contratação de cooperativas de catadores.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Que todo o Distrito Federal tenha coleta seletiva e que todos os resíduos coletados sejam reciclados.



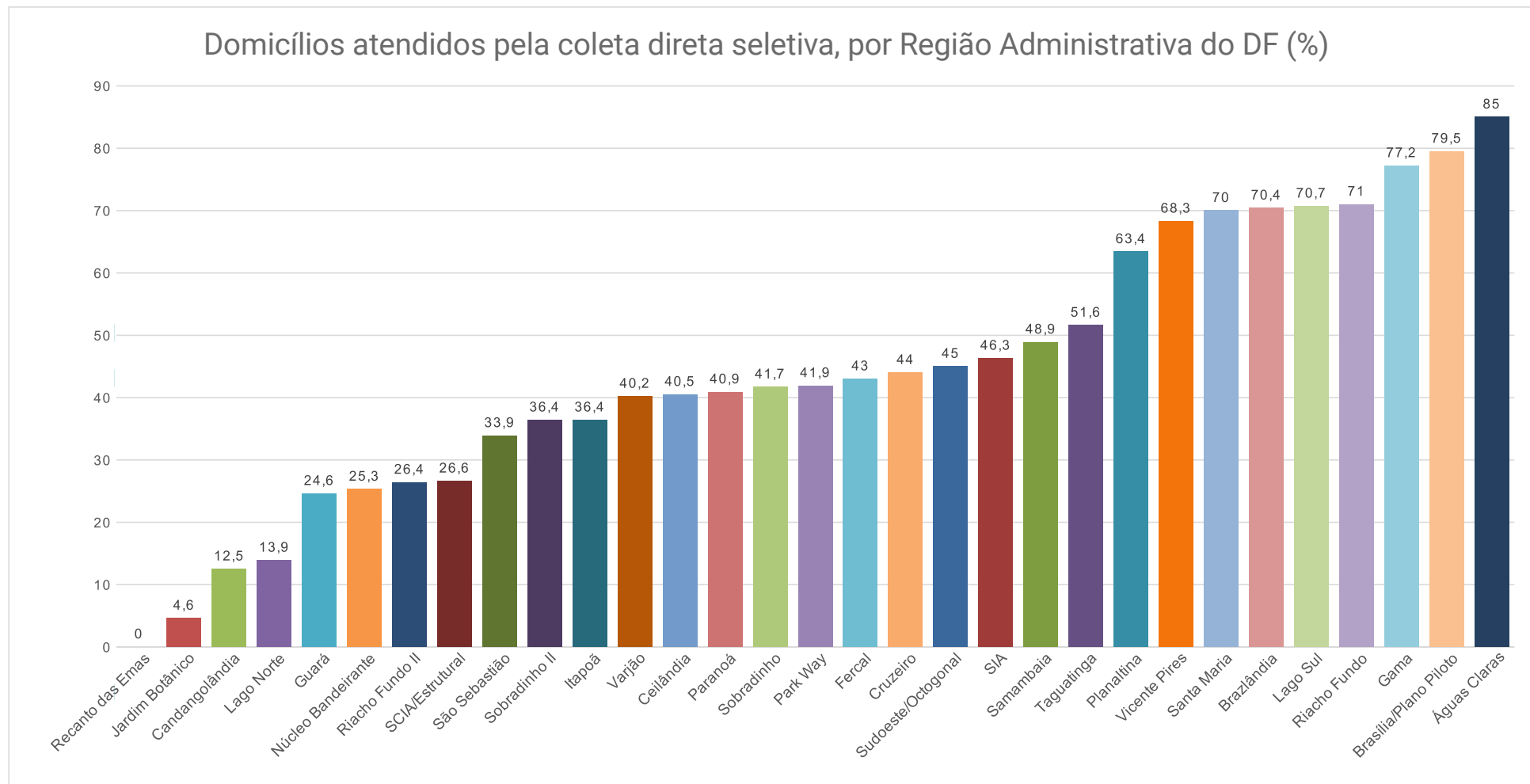
A coleta seletiva é uma política de extrema importância para a sociedade. Ela tem a potencialidade de atuar contra a poluição gerada por resíduos sólidos acumulados nas cidades, suscitando reaproveitamento e reciclagem. Assim, realiza preservação da natureza e contribui com o equilíbrio ambiental. Do ponto de vista econômico, a coleta seletiva é um importante mecanismo de geração de emprego e renda por meio da contratação de cooperativas de catadores. Desta forma, a universalização desta política ataca problemas ambientais, econômicos e de desigualdade – pontos determinantes para superação das condições que propiciaram o crescimento da Covid-19 e que são obstáculos para a recuperação da sociedade quando superarmos a pandemia.

A realidade do Distrito Federal, porém, demonstra que as desigualdades são grandes no que diz respeito a esta política. Por exemplo, apenas um a cada quatro domicílios da Estrutural são atendidos pela coleta seletiva. Já no Plano Piloto são atendidas oito em cada dez residências e em Águas Claras, 85%. Outras regiões do DF também são mal ou sub-atendidas pela coleta seletiva.

A falta de uma política eficiente de trato dos resíduos sólidos tem resultados negativos para a cidade. O índice de resíduos jogados em locais impróprios é de 46% no Paranoá, 39% na Estrutural enquanto é de 0 no Lago Sul, Sudoeste e Octogonal. Outro dado que evidencia este problema é o da existência de entulho nas proximidades dos domicílios por RA são indicadores muito altos em algumas regiões e baixíssimos ou nulos em outras: enquanto é mais de quarenta por cento em Samambaia (49,2%), Estrutural (49,2%), Fercal (44,7%) e Varjão (42,8%), é muito menor em Águas Claras (15,2%), Plano Piloto (12,1%), Sudoeste/Octogonal (8,4%), Lago Norte (7,2%) e Lago sul (6,2%).

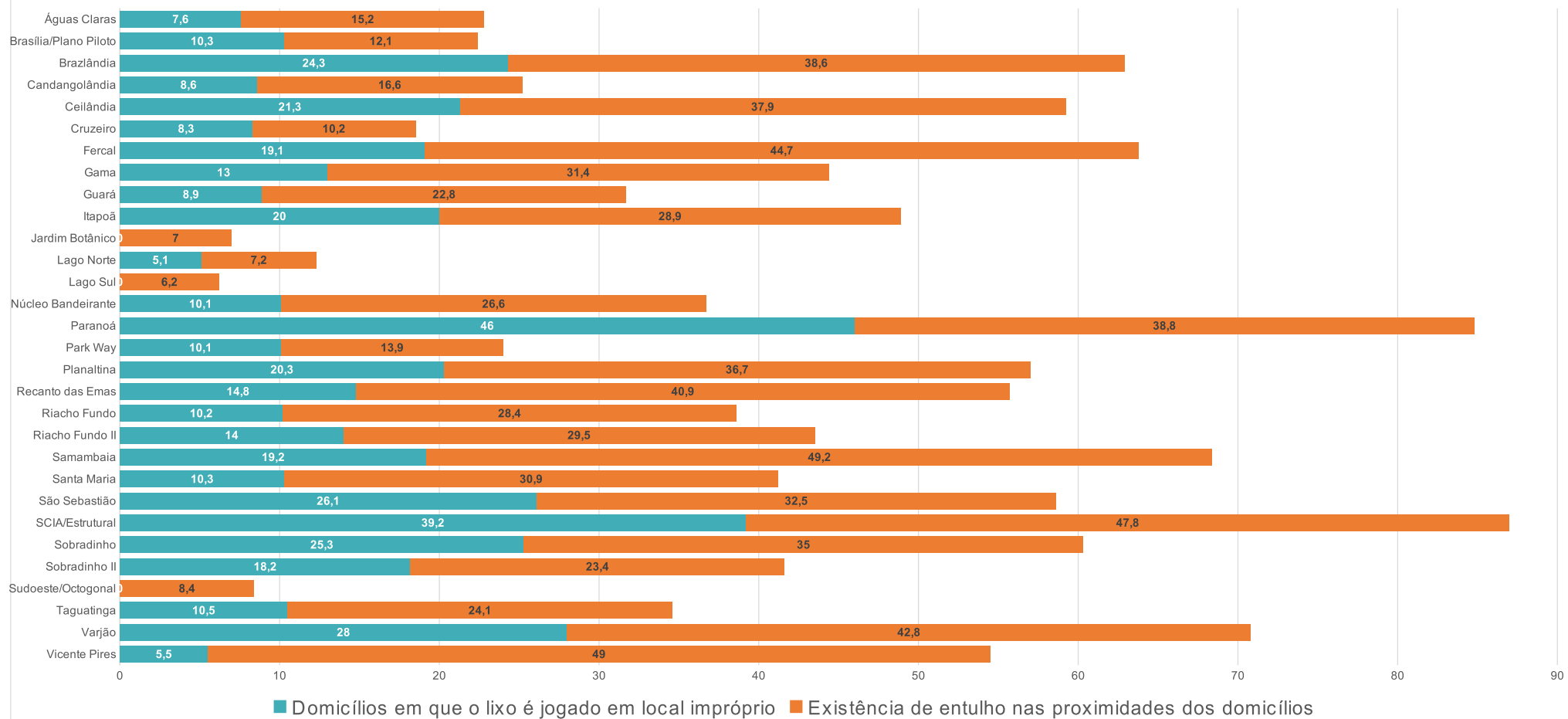
Estes indicadores demonstram a necessidade urgente de universalização da coleta seletiva em todo o território do Distrito Federal, como mecanismo de redução das desigualdades. É determinante, aliás, que esta política seja realizada com a contratação de cooperativas de catadores por meio de contratos formalizados e regularizados pelo poder público, para garantir cuidado com o meio ambiente, equidade social assim como aumento do emprego e renda.

Domicílios atendidos pela coleta direta seletiva, por Região Administrativa do DF (%)





## Descarte irregular de resíduos sólidos por Região Administrativa do DF (%)



# TRATAMENTO DE ESGOTO



## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Garantir que a rede pública de esgoto atenda domicílios com esgotamento à céu aberto e fossas rudimentares.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Que todo o Distrito Federal tenha cobertura de rede de esgoto e todo o esgoto tratado.





Os governos devem atender as cidades e toda sua população com rede de esgoto pública e de qualidade. O custo de não ter esgotamento acessível a todos é a exposição a muitas doenças que prejudicam a qualidade do viver e ameaçam a vida. Muitas pessoas, especialmente crianças e idosos, são vulneráveis a doenças causadas pela falta de esgotamento sanitário. Esta simples política além de melhorar a qualidade de vida diminui gastos de saúde ocasionados por internações em decorrência de diarreias, por exemplo. Não é aceitável que cidades e bairros inteiros tenham precária cobertura de saneamento. O período pandêmico demonstrou o peso e o custo para saúde de um amplo setor da população exposto, doente e vulnerável: cuidar de nosso saneamento é garantir saúde coletiva para toda população.

Porém, a capital do país enfrenta este problema em muitos locais. A pandemia de Covid-19 escancarou as desigualdades no oferecimento desses serviços, especialmente nas regiões onde há ausência do Estado, como Estrutural e Fercal, por exemplo. Se, por um lado, muitas Regiões Administrativas são plenamente atendidas

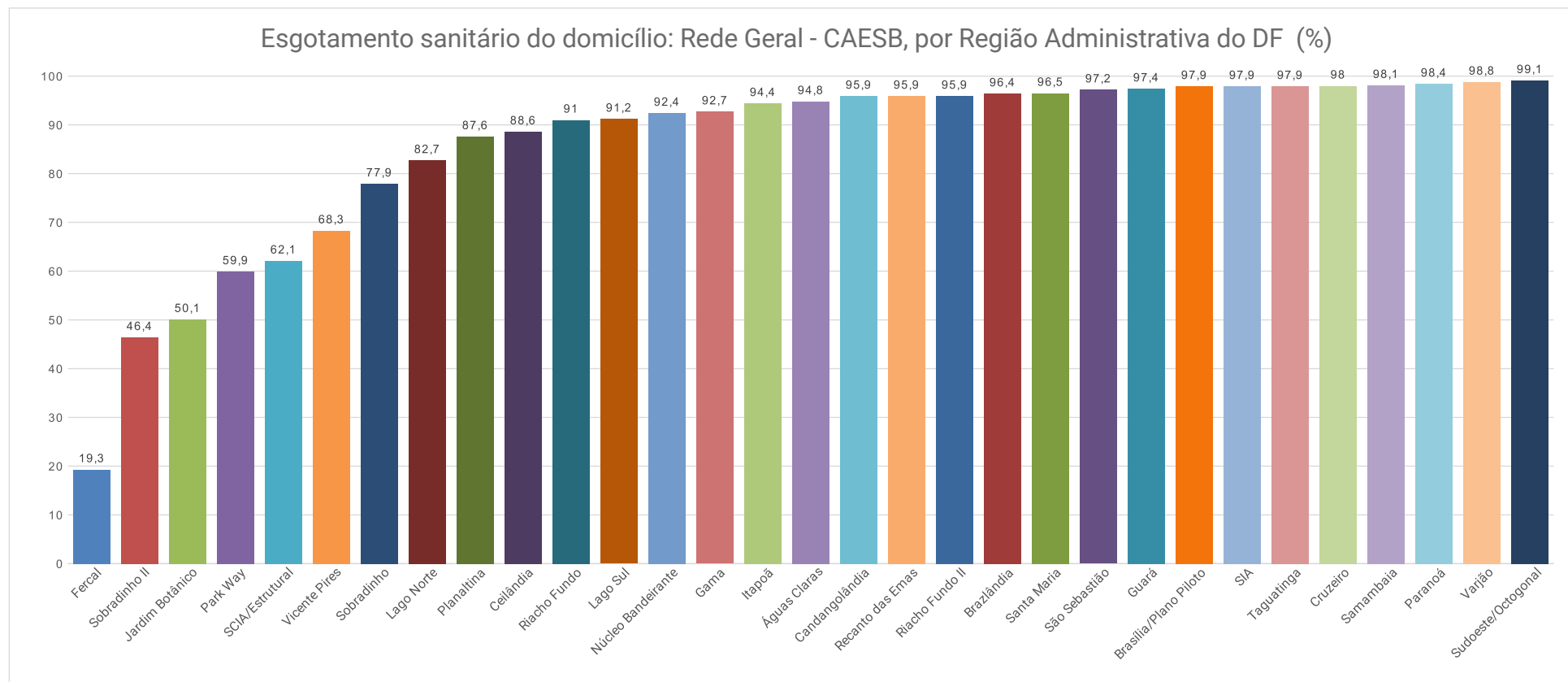
por saneamento, outras tem índices abaixo do aceitável. Enquanto no Sudoeste quase todos os domicílios são atendidos pela rede geral da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), na Fercal esse número chega a apenas 19% dos domicílios da cidade. Três em cada dez domicílios da Fercal convivem com esgoto a céu aberto. Além da Fercal, Sobradinho II conta com saneamento em menos da metade de seus domicílios e a Estrutural com 62% atendidos reforçam a urgência de se resolver o problema.

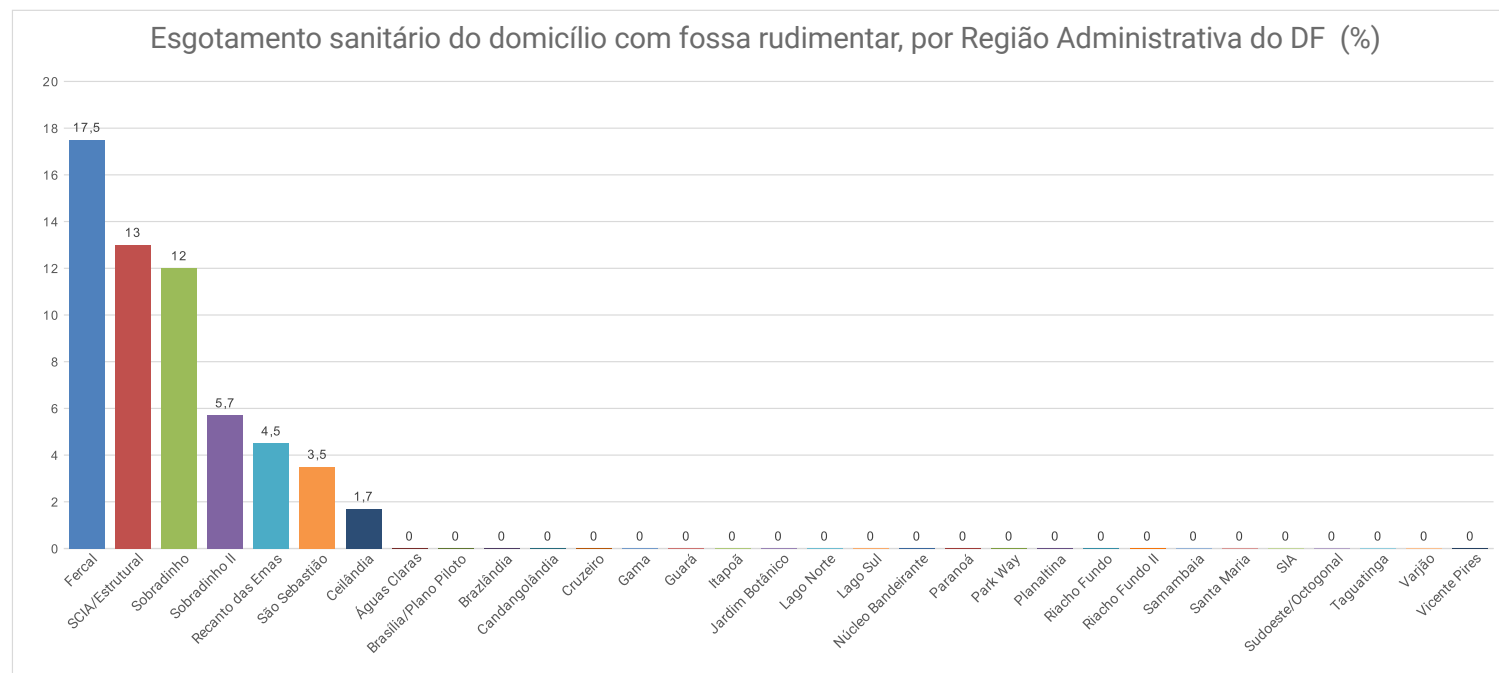
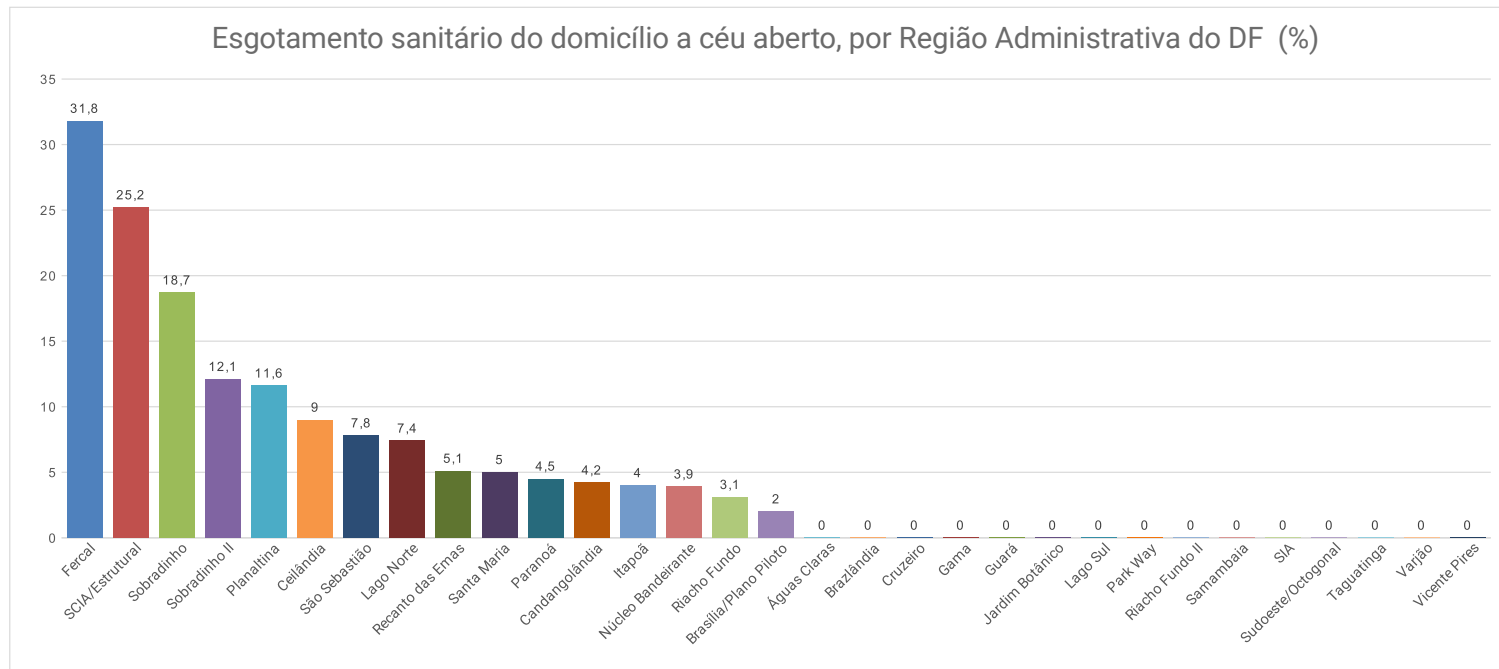
Como consequência, o esgotamento a céu aberto é de 31,8% na Fercal e 25,2% na Estrutural, enquanto em regiões como Águas Claras, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal, Park Way o índice é zero. A falta de um atendimento estatal neste setor faz com que as soluções comunitárias improvisadas surjam. As fossas rudimentares estão em 17 de cada 100 domicílios da Fercal e 13 de cada 100 domicílios da Estrutural. Uma situação como essa aumenta em muito os riscos sanitários destas regiões.



Por isso defendemos a imediata garantia da cobertura de rede pública de esgoto para todos os domicílios com esgotamento à céu aberto e fossas rudimentares.

Os recursos públicos para isso precisam ser priorizados para resolver esta demanda, pelo bem da saúde pública no DF como um todo.





# ÁGUA



## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Garantir o abastecimento de água via rede geral da CAESB a 90% dos domicílios da Estrutural, Fercal, Jardim Botânico e Sobradinho II

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Garantir que todos os domicílios do DF tenham água tratada e as ruas com rede pluvial instalada.

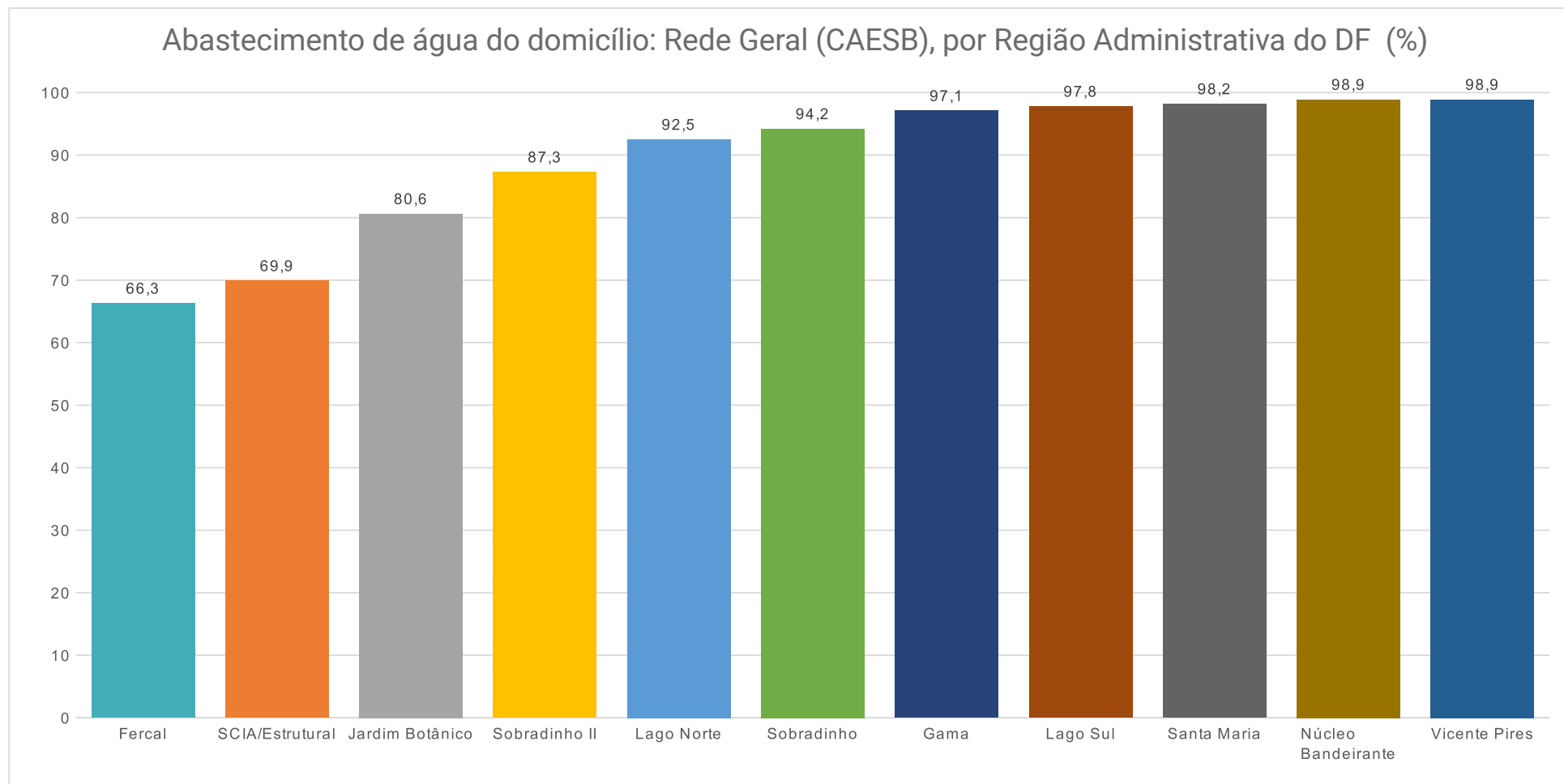


Uma das principais práticas de cuidado e atenção para prevenção e tratamento das doenças, especialmente as pandêmicas, são as práticas de higiene e hidratação. Lavar bem as mãos, ambientes, alimentos, produtos, assim como ingerir grande quantidade de líquidos tem sido recomendado em todos os manuais de como lidar com o nosso período. Todas estas atividades dependem, essencialmente, de acesso à boa água potável.

O papel da água para sobrevivência e desenvolvimento das sociedades é amplamente conhecido. Sendo assim, o objetivo dos sistemas de abastecimento de água é fornecer à população água potável em quantidade adequada e pressão suficiente. Um bom sistema de abastecimento de água é aquele que atua no conjunto das obras e instalações proporcionando eficiente captação, adução, tratamento e distribuição de água potável para toda a população. Neste sentido, o Distrito Federal não tem um bom sistema de abastecimento de água, uma vez que várias regiões populosas do DF não são atendidas adequadamente. Mais uma vez a desigualdade espacial se manifesta aqui:

enquanto RAs como Lago Sul, Lago Norte, Plano Piloto, Sudoeste/Octogonal possuem pleno abastecimento de água, rede pluvial instalada em suas ruas principais, elevados índices de consumo diário de água, algumas RAs enfrentam situação muito abaixo do recomendável. O abastecimento de água é de abaixo de 90% em Sobradinho II (87,3%), no Jardim Botânico (87,3%) e abaixo de 70% na Estrutural (69,9%) e na Fercal (63,3%). Na Estrutural somente um terço das ruas principais possuem rede pluvial e na Fercal, pior ainda, somente um décimo. Cada habitante do Lago Sul gasta em média 371,33 litros de água por dia. Na Estrutural, cada habitante gasta 61,4 litros. É uma desigualdade abissal.

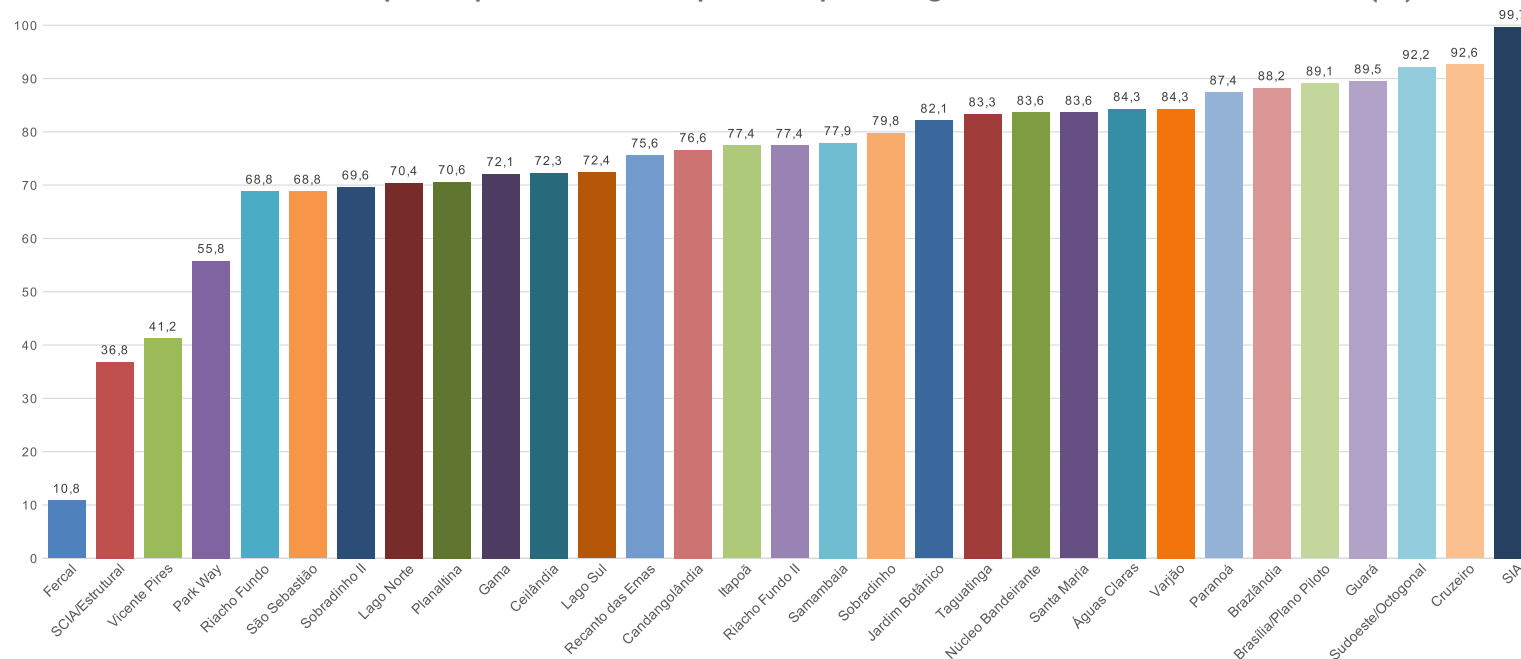
Por isso propomos garantir o abastecimento de água via rede geral da CAESB a pelo menos 90% dos domicílios da Estrutural, Fercal, Jardim Botânico e Sobradinho II. Ao contrário de buscar privatizar o setor tornando-o mais suscetível aos interesses do lucro, o GDF deve ampliar a cobertura de água para atender às comunidades que precisam de água para sobreviver.



As demais Regiões Administrativas possuem de 99 a 100% de abastecimento de água por meio da rede geral da CAESB. São elas: Águas Claras, Brasília/Plano Piloto, Candangolândia, Ceilândia, Cruzeiro, Guará, Itapoã, Paranoá, Park Way, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, Samambaia, São Sebastião, SIA, Sudoeste/Octogonal, Taguatinga, Varjão.

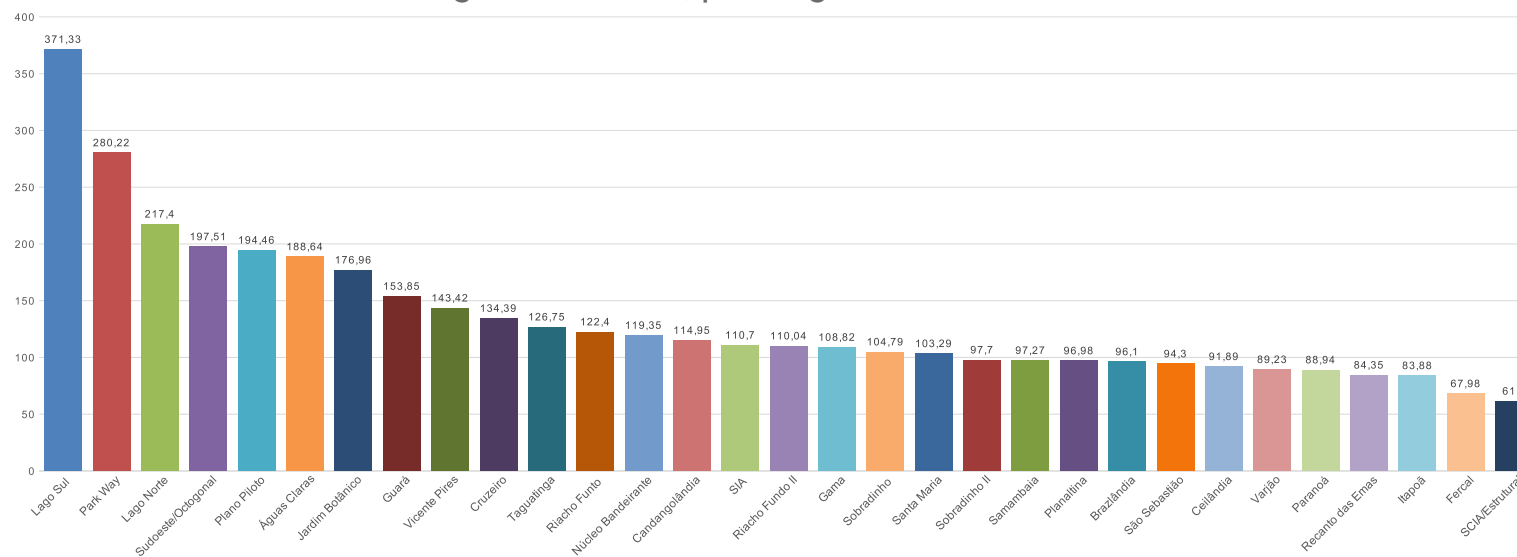


Rua de acesso principal com rede pluvial, por Região Administrativa do DF (%)



Fonte: Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018  
Elaboração própria

Consumo de água L/hab/dia, por Região Administrativa do DF - 2016



Fonte: Caesb 2016  
Elaboração própria

# MOBILIDADE URBANA



## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Criar corredores exclusivos de ônibus entre Planaltina e Plano Piloto

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Participação social e financiamento público para o transporte público urbano, garantido tarifa zero.





O Distrito Federal tem concentração de oferta de trabalho e serviços no Plano Piloto, o que causa uma significativa migração pendular cotidiana para o centro. Enquanto nove em cada dez moradores do Plano Piloto trabalham na mesma região que residem, este índice é de quatro a cada dez em Planaltina e Sobradinho. A composição socioespacial do Distrito Federal acentua este problema uma vez que as distâncias entre as Regiões Administrativas são grandes, demandando viagens de longa distância especialmente nas regiões mais afastadas. Estas distâncias são aumentadas quando o transporte coletivo tem pouca oferta, é de má qualidade, está lotado e enfrenta engarrafamentos. As viagens cotidianas se tornam verdadeiros suplícios.

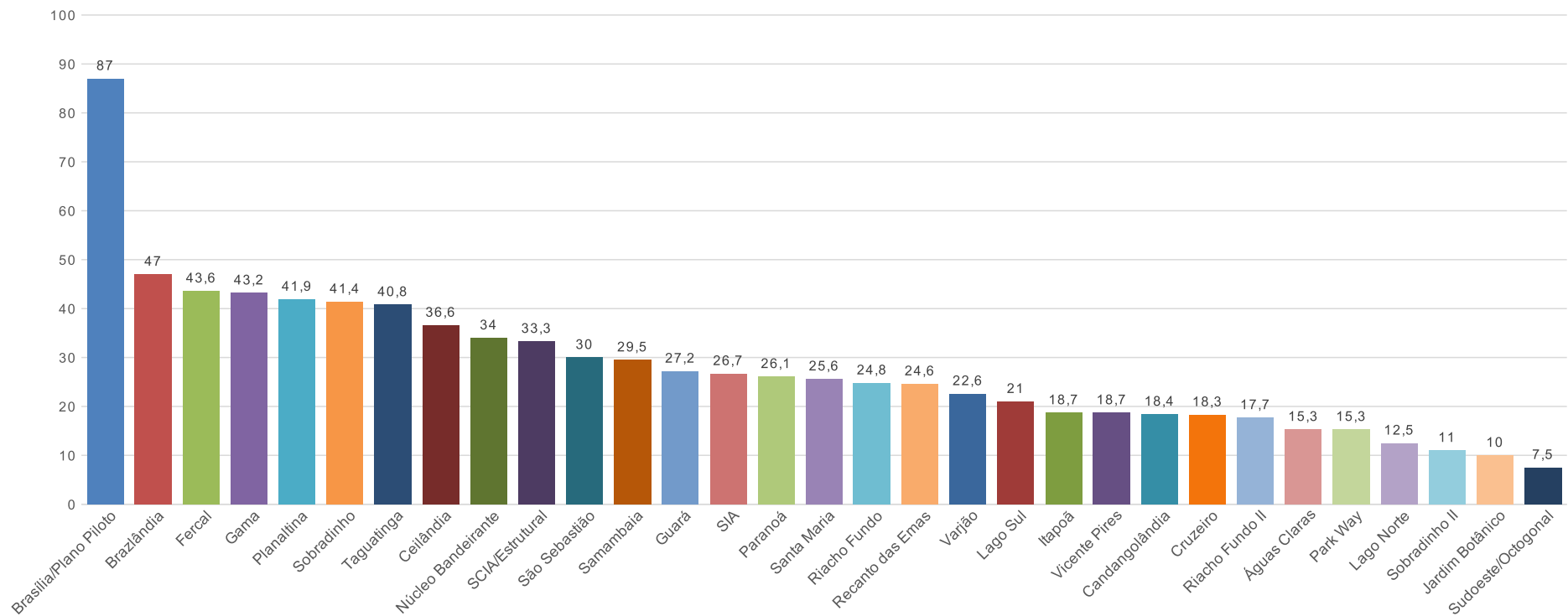
O caso de Planaltina é emblemático neste sentido. Esta RA possui uma distância de 42km da rodoviária do Plano Piloto. A maioria dos trabalhadores de Planaltina trabalha em outras regiões e mais da metade de seus habitantes tem o ônibus como principal modal de transporte. Os tempos de deslocamento para o trabalho também são muito significativos: 20% dos planaltinenses levam mais de uma

hora e 16% levam entre quarenta e cinco minutos e uma hora. Contrasta-se com estes dados que mais da metade dos moradores do Sudoeste leva de 15 a 30 minutos de deslocamento para o trabalho e metade dos moradores do Plano Piloto levam até 15 minutos no traslado.

São necessárias, por isso, medidas emergenciais de melhoria da mobilidade urbana, aumentando o conforto e diminuindo o tempo de transporte na cidade. Como medida imediata propomos a criação de corredores exclusivos de ônibus entre Planaltina e Plano Piloto, aumentando a oferta e qualidade da mobilidade na região. No médio prazo é necessária uma política e barateamento da tarifa, chegando à tarifa zero como horizonte real do serviço. Por fim, aumento da participação popular no transporte é fundamental para que usuários e trabalhadores/as do serviço possam ser ouvidos acerca de suas demandas. O transporte merece especial atenção por se tratar de um setor que é potencial vetor de transmissão da Covid-19: veículos lotados, sem equipamentos de higiene e proteção propagam a pandemia. Melhorar a qualidade de nossa mobilidade é questão essencial para o futuro da nossa sociedade.



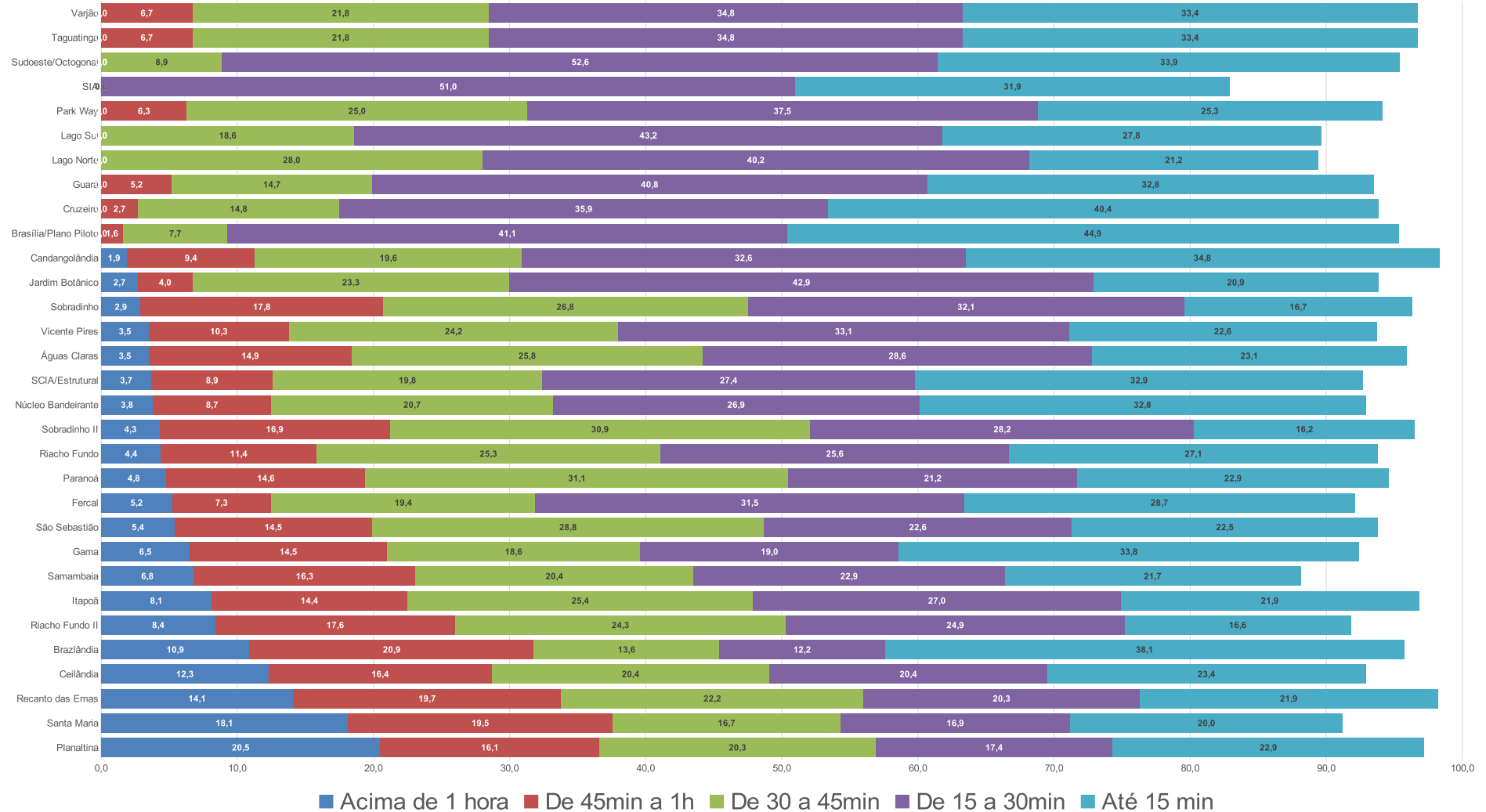
População ocupada que trabalha na região onde mora, por Região Administrativa do DF (%)



Fonte:  
Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018  
Elaboração própria



### Tempo de deslocamento até o trabalho principal, por Região Administrativa do DF (%)



# EDUCAÇÃO



## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Garantir equipamento e internet para todas as crianças e adolescentes da zona rural do DF.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Adaptação de toda infraestrutura de ensino aumentando investimentos em infraestrutura e pessoal, com valorização do corpo docente.

A pandemia da Covid-19 teve impacto direto sobre diferentes atividades da sociedade. Porém a educação, certamente, é um dos setores mais globalmente impactados: a impossibilidade dos encontros presenciais cotidianos das unidades de ensino demandou o fortalecimento, ampliação e desenvolvimento de ferramentas de ensino remoto que utilizam principalmente a internet como instrumento para a prática pedagógica.

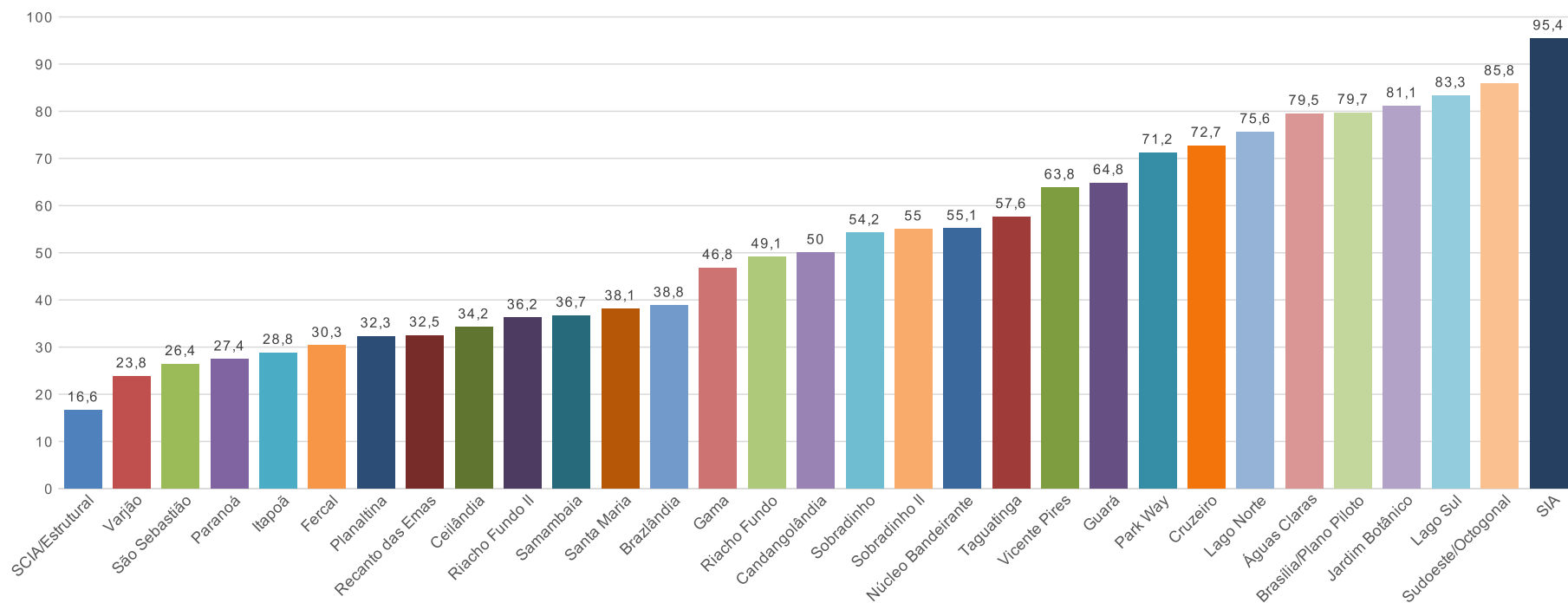
Muitas escolas de todos os níveis conseguiram retomar e manter suas atividades utilizando ferramentas virtuais de encontro, trocas e práticas, com todas as questões que daí emergem. E dizem respeito às diferenças de acesso às tecnologias necessárias para tal. Nos referimos aqui especialmente do acesso à internet e equipamentos digitais. As diferenças territoriais são grandes: no Lago Sul 83% das casas possuem notebook e celular pós-pago enquanto na Estrutural menos de 17% contam com notebook e duas em cada dez pessoas contam com celular pós-pago. Ao analisarmos o acesso à telefone pré-pago as porcentagens se invertem. A internet banda larga

está presente em mais de 90% das residências do Lago Sul (91,6%) ao passo que está em menos de 40% da Estrutural (37,6%) e da Fercal (33,6%).

Dados como esses são graves em uma situação na qual o acesso à internet é um diferencial para o desenvolvimento do ensino. Especialmente porque eles indicam uma reprodução e talvez ampliação de indicadores educacionais de desigualdade. Com acessos diferenciados à educação dificilmente as taxas acentuadas de evasão escolar, não-alfabetização e escolaridade reduzida serão combatidos. Por isso é urgente e emergencial garantir equipamento e internet para todas as crianças e adolescentes das periferias e da zona rural do DF.

Esperamos, ainda, que o corpo docente seja preparado para essa realidade que poderá se alongar, além da adaptação das salas de aula, que, em geral, são superlotadas. O GDF não previu recursos extras para essa adaptação.

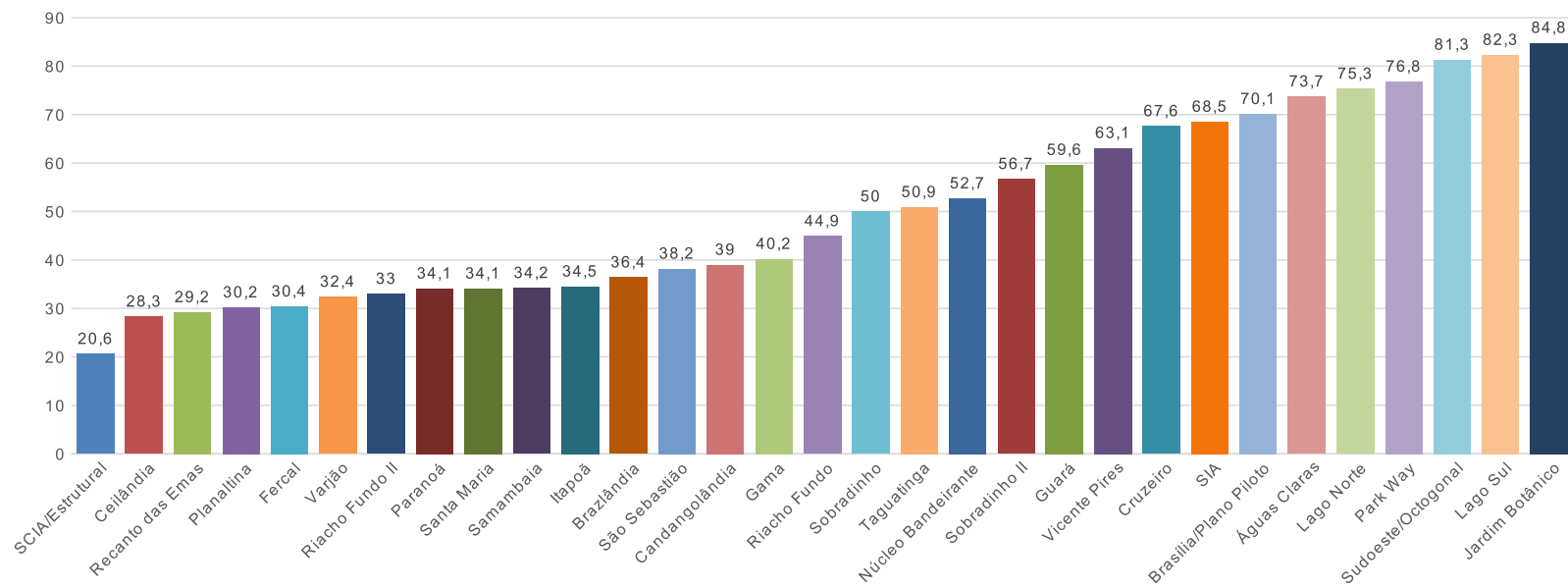
Bens duráveis no domicílio: Notebook/Laptop, por Região Administrativa do DF (%)



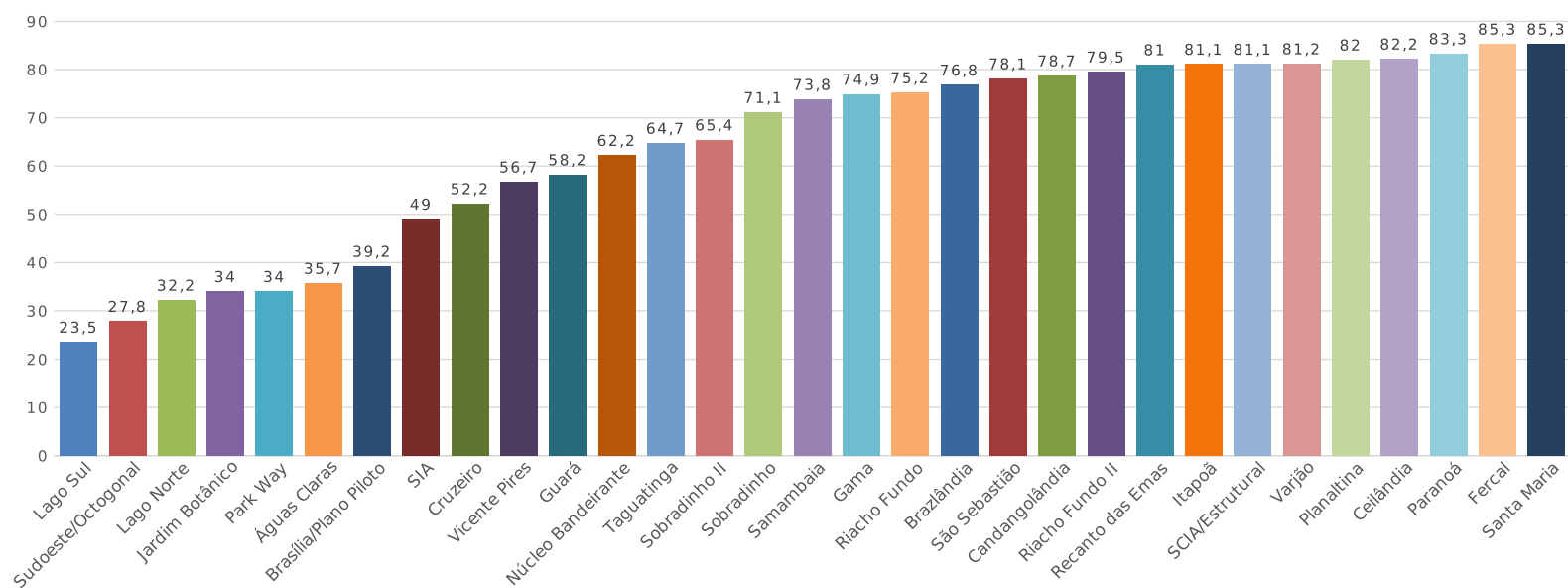
Fonte:  
Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018  
Elaboração própria



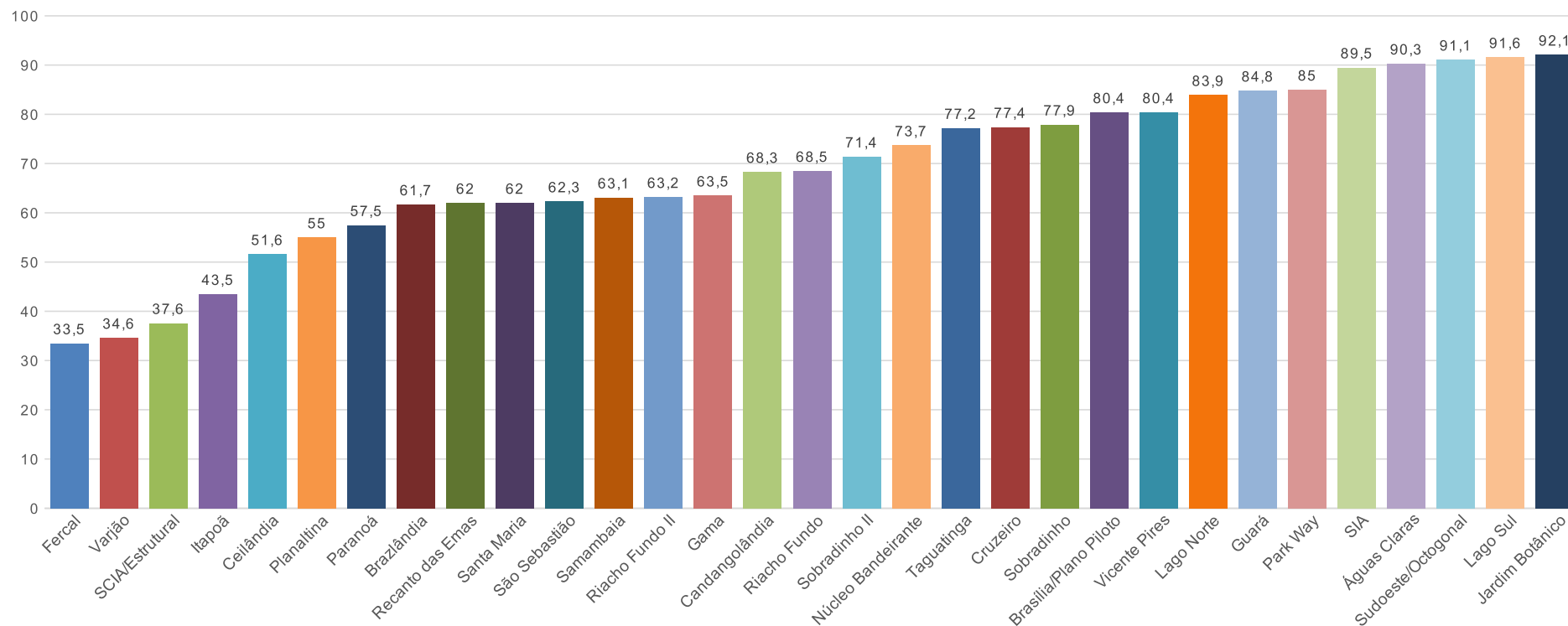
Bens duráveis no domicílio: Telefone celular pós-pago, por Região Administrativa do DF (%)



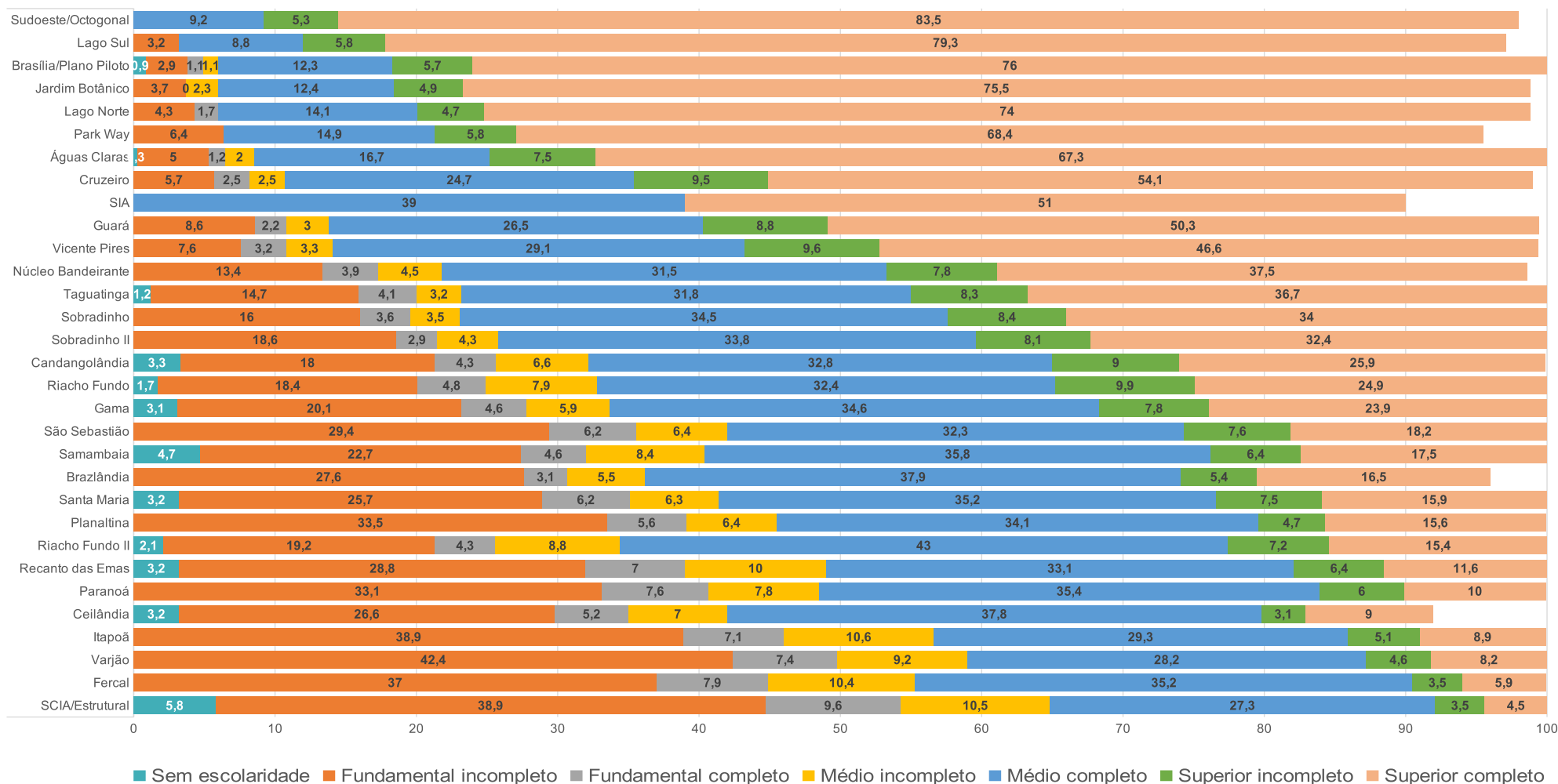
Bens duráveis no domicílio: Telefone celular pré-pago, por Região Administrativa do DF (%)



Modalidade de acesso à internet no domicílio: Banda larga própria, por Região Administrativa do DF (%)



## Escolaridade das pessoas com 25 anos ou mais de idade, por Região Administrativa do DF (%)



As demais Regiões Administrativas não obtiveram valores percentuais significativos na amostra analisada pela pesquisa, por isso foram classificadas como 0%, não sendo representadas no gráfico. - Foram 0% sem escolaridade: Fercal, Varjão, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Brazlândia, São Sebastião, Sobradinho, Sobradinho II, Núcleo Bandeirante, Vicente Pires, Guará, SIA, Cruzeiro, Park Way, Lago Norte, Jardim Botânico, LAGO Sul, Sudoeste/Octogonal. - Foram 0% Fundamental Incompleto: SIA, Sudoeste/Octogonal. - Foram 0% Fundamental Completo: Park Way, Jardim Botânico, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal. - Foram 0% Médio incompleto: SIA, Park Way, Lago Norte, Lago Sul, Sudoeste/Octogonal. - Foram 0% Superior incompleto: SIA.

# TRABALHO E RENDA



## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Manter o auxílio emergencial do GDF até o final de 2021

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Consolidação da política de pleno emprego e renda básica para toda a população do Distrito Federal.





O mundo do trabalho vive um processo de dupla fragilidade: por um lado, experimentamos nos últimos anos um período de recessão e crises econômicas com intervalos cada vez menores; por outro, a pandemia de Covid-19 causou retração econômica de uma série de atividades. Estes dois fatores articulados aprofundaram desigualdades de emprego, renda e estabilidade financeira de muitas famílias em todo o mundo. A piora generalizada das condições trabalhistas da população é um problema concreto do nosso tempo. Em resposta a esta situação muitas políticas de geração de emprego e renda foram debatidas na sociedade, sendo o Auxílio Emergencial Federal e Local duas medidas de grande impacto.

O Distrito Federal agravou suas desigualdades neste cenário, em muito por suas características econômicas específicas. Aqui não temos um setor industrial ou agrícola para gerar riquezas. A economia local baseia-se principalmente em dois polos: o Setor Público, vinculado à receita estatal, é quem recebe os maiores valores de dinheiro em forma de salários estáveis, fixos e

regulamentados. Estas pessoas movimentam a economia local ao contratar o *Setor de Serviços* e *Setor Informal*, por meio de gastos, consumos, investimentos, entre outras coisas. Mas na pandemia, cortaram-se os laços de contratação dos serviços urbanos: apesar do Setor Público ter mantido seus rendimentos, ele gastou pouco (seja pela retração de espaços de consumo, isolamento e diminuição de oferta). Isso aprofundou a crise com queda de renda, desemprego e subemprego.

Apesar das desigualdades estruturais estarem acentuadas agora, elas são anteriores e tem forte expressão espacial. Enquanto no Lago Sul o rendimento médio mensal é de R\$ 8,3 mil, em Samambaia, Recanto das Emas, Itapoã, Santa Maria, Varjão, Paranoá, Riacho Fundo II e Estrutural, a renda média é menor que um salário mínimo, que em 2020 era de pouco mais de mil reais.

O Setor Público está concentrado nas RAs mais privilegiadas. A ocupação de Funcionário Público Estatutário tem índices baixíssimos (de 3,5% a 0%) no Recanto das



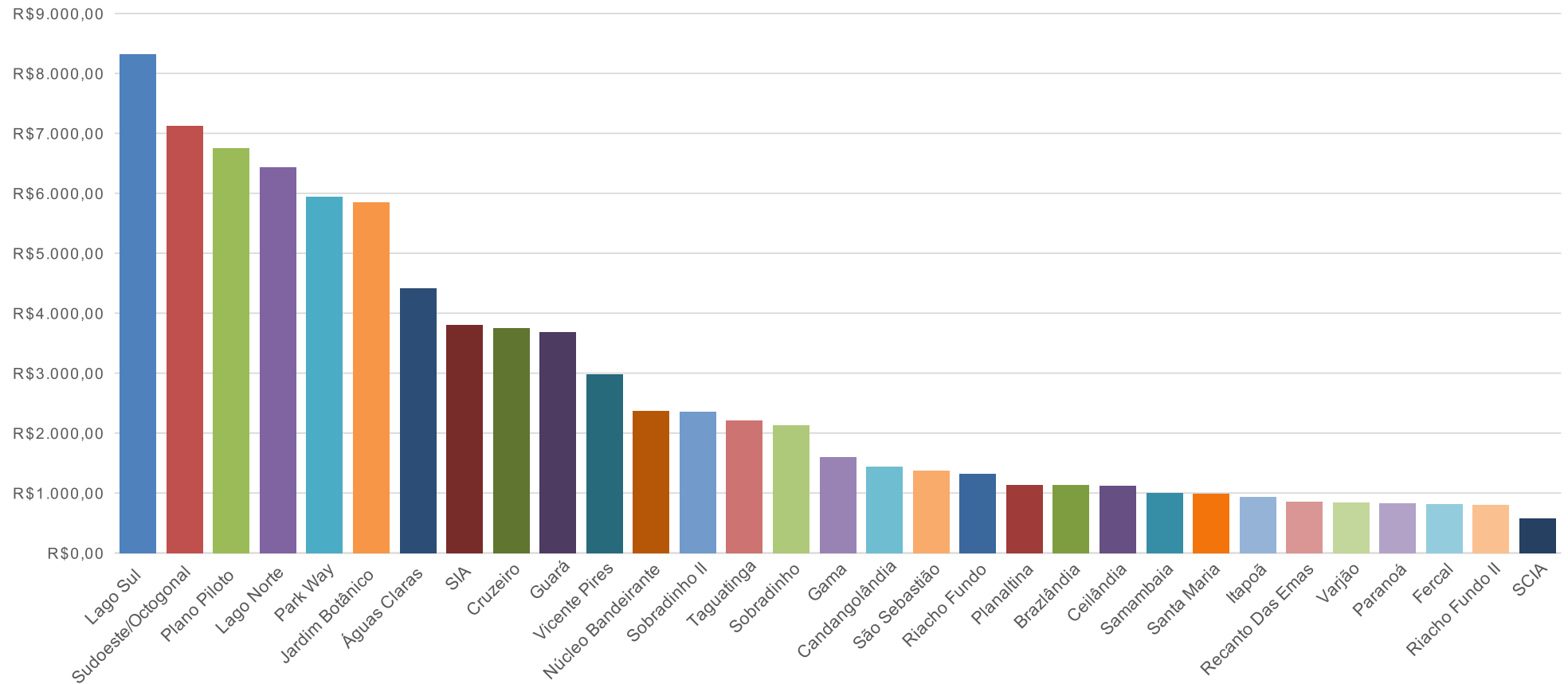
Emas, Paranoá, Riacho Fundo II, Estrutural, Fercal, Itapoã. Este índice é muito maior (de 22% e 38%) no Park Way, Lago Sul, Águas Claras, Cruzeiro, Plano Piloto, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal.

A maioria dos trabalhadores com carteira assinada, ou regime CLT, do Setor de Serviços, estão nas RAs menos favorecidas. O mesmo acontece com os autônomos: as RAs das áreas nobres tem até 20% autônomos; já Varjão, Fercal, Itapoã, Estrutural tem acima de 30%, sendo muito mais vulneráveis. Por fim, enquanto Lago Norte, Park Way, Jardim Botânico, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal não registram, na amostra pesquisada, valores percentuais significativos de moradores cuja ocupação seja a de trabalhador doméstico, as RAs Itapoã, São Sebastião, Paranoá, Fercal, Planaltina, Sobradinho II, Recanto das Emas, Estrutural possuem entre 4% e 9% de domésticos/as. Varjão oscila acima da curva: lá 18 em cada 100 pessoas trabalham como domésticas.

Neste cenário é fundamental, em socorro do setor de serviços e informalidade, que o auxílio emergencial seja garantido até o fim de 2021 no Distrito Federal. Por meio dele será possível garantir condições mínimas de renda para um amplo setor da população em risco de desemprego e miséria. Além disso o auxílio possui toda uma dinâmica já comprovada de aquecimento da economia local e caminhos de reinserção econômica para trabalhadores/as em situação de desemprego ou informalidade.

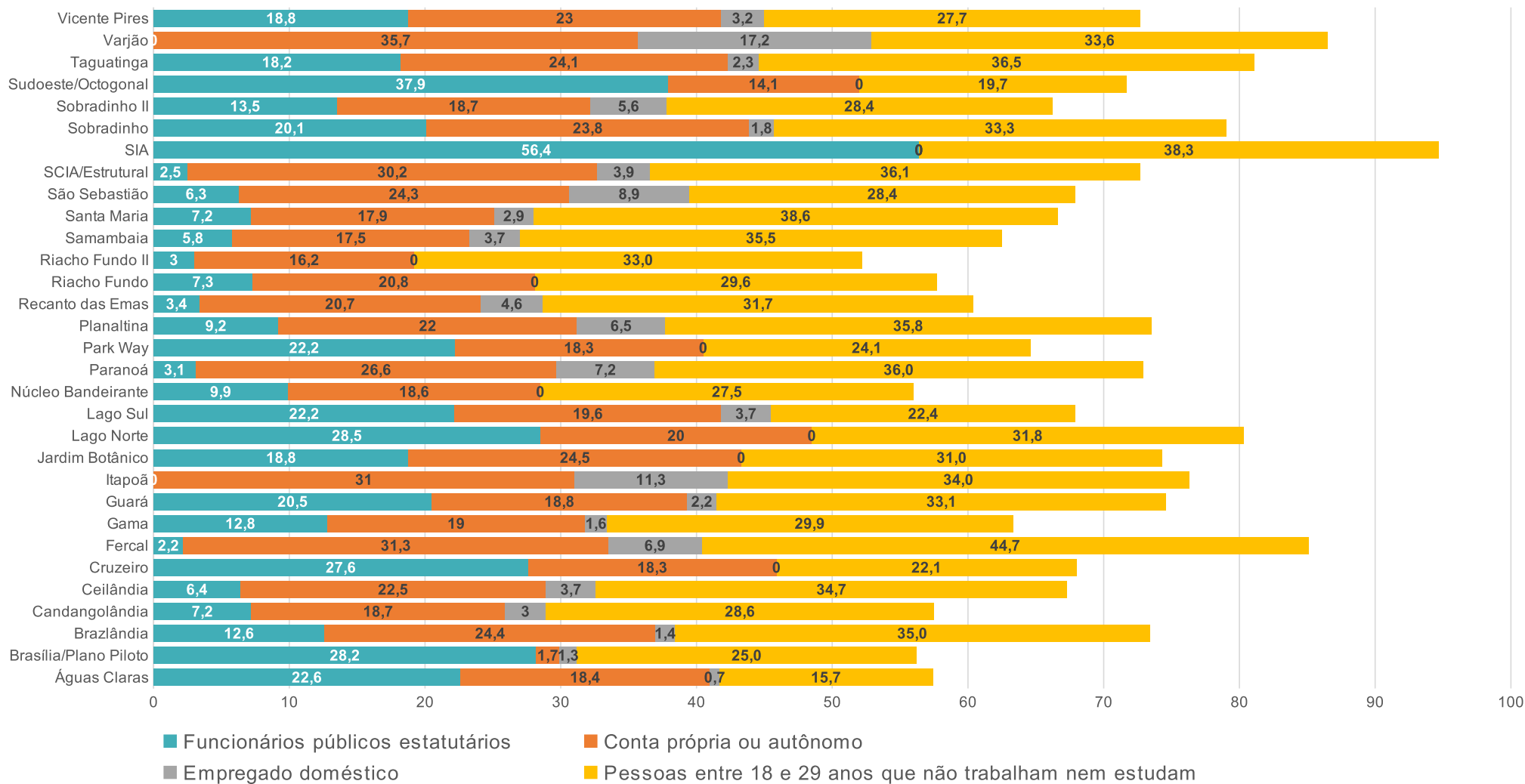


Rendimento domiciliar médio, per capita, por Região Administrativa do DF - 2018





### Situação ocupacional da População Economicamente Ativa, por Região Administrativa do DF (%)



As demais Regiões Administrativas não obtiveram valores percentuais significativos na amostra analisada pela pesquisa, por isso foram classificadas como 0%, não sendo representadas no gráfico. - Foram 0% Funcionários públicos estatutários: Varjão e Itapoã - Foram 0% Contra Própria ou Autônomo: SIA - Foram 0% Empregado Doméstico: Cruzeiro, Park Way, Jardim Botânico, Lago Norte, Nucleo Bandeirante, Sudoeste/Octogonal, Riacho Fundo I, Riacho Fundo II, SIA, Sobradinho - Foram 0% Superior incompleto: SIA



# SAÚDE PÚBLICA



## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Garantia imediata de mais recursos orçamentários e financeiros para a saúde pública, com foco no combate à Covid-19.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Fortalecer o Sistema Único de Saúde como forma universal de garantia da saúde para toda população, com investimentos constantes e participação social.

O cuidado com a saúde pública é um dos grandes temas de 2020. A dolorosa experiência da pandemia tornou público e amplo o debate sobre nossos serviços públicos essenciais: estamos no meio de uma tragédia envolvendo muitas mortes e debilidades relacionadas à expansão descontrolada da Covid-19. Não fosse nosso Sistema Único de Saúde (SUS) a situação seria ainda muito pior. O fortalecimento das políticas públicas de saúde será determinante para os próximos anos do Distrito Federal.

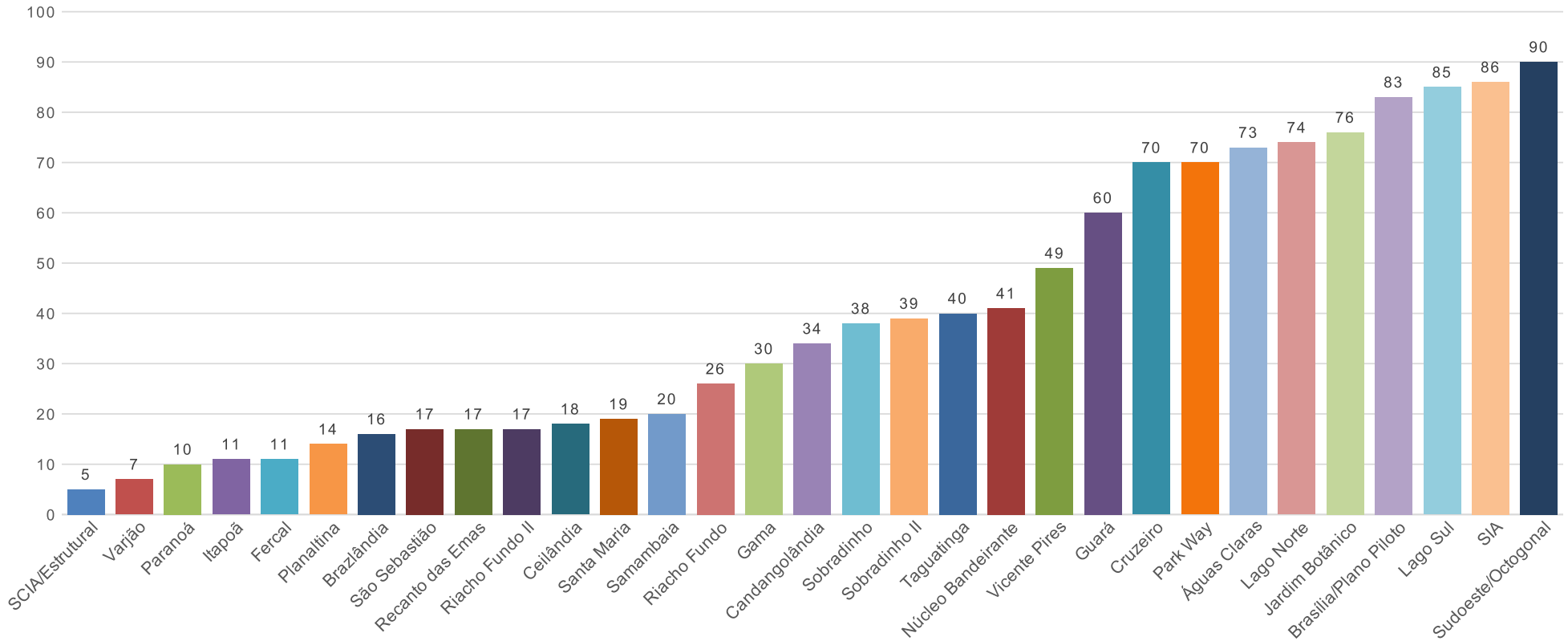
Neste tema também experimentamos desigualdades espaciais de acesso à saúde. Por exemplo, enquanto apenas 5% da população da Estrutural paga por algum plano privado de saúde, no Sudoeste e Octogonal 9 em cada 10 pessoas têm convênios do tipo. Este recorte segue pelas diferentes RAs do DF, com maior ou menor porcentagem de acesso aos planos privados de saúde vinculado às desigualdades regionais. As RAs que menos pagam por planos privados são, grosso modo, justamente aquelas que possuem menos equipamentos de saúde próprios.

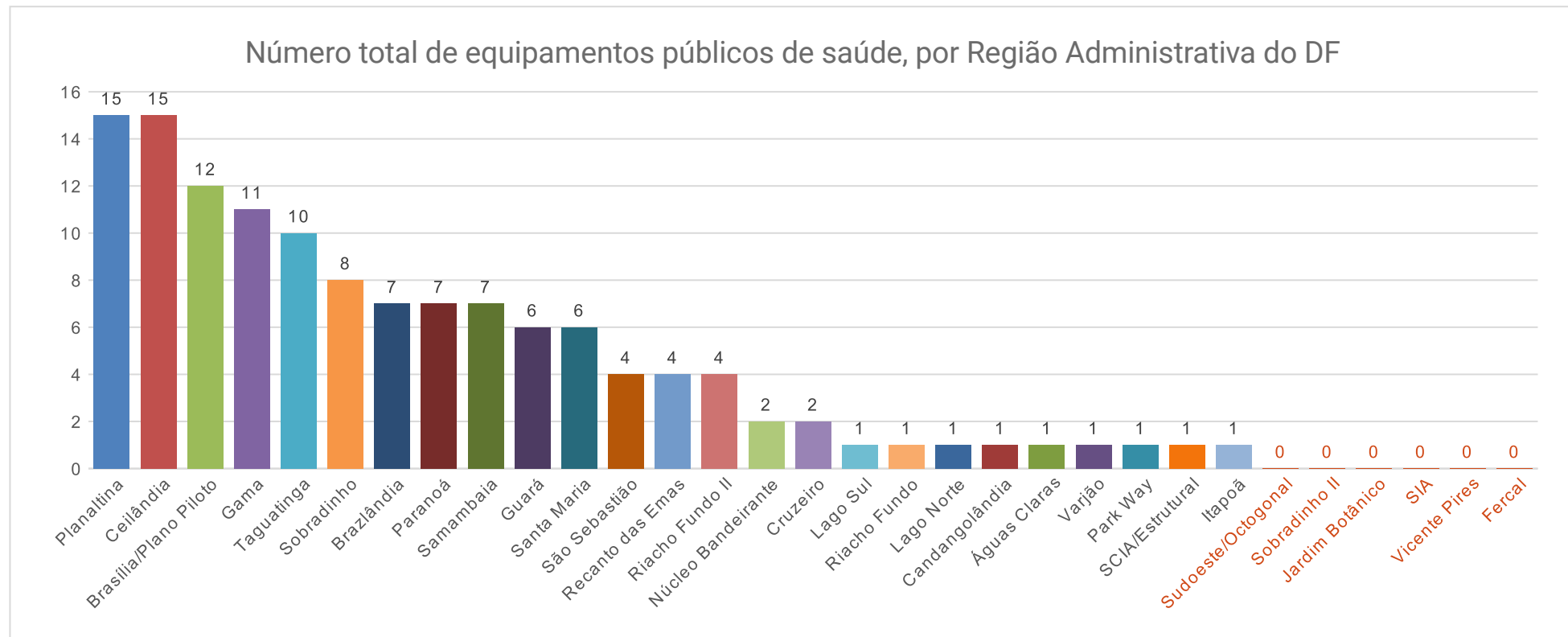
A solução fundamental para resolver esta disparidade é garantir mais recursos orçamentários e financeiros para a saúde. Porém o que o Governo do Distrito Federal está propondo para o orçamento da saúde para 2021 menor que em 2020. Mesmo com todos os adiamentos de cirurgias e procedimentos eletivos de 2020 para 2021 e a pandemia pelo novo Coronavírus recrudescendo. Além disso, certamente o GDF terá de arcar com custos de vacina. Ao invés de menores, os recursos para saúde deveriam ser muito maiores, ou não conseguirão atender às filas que se formarão ao longo do ano.

Comparamos o autorizado em 2020 com o aprovado em 2021, já que não está disponível no Portal de transparência o que foi aprovado para a Secretaria de Saúde em 2020. Desta forma, há menos 1,267 bilhão este ano, o que agravará a já séria crise da saúde no DF.

Esperamos que durante a aprovação do Orçamento Geral da União, onde está alocado os recursos do Fundo Constitucional, que inclui recursos para saúde, educação e segurança no DF, o valor seja ampliado.

População que possui plano de saúde, por Região Administrativa do DF (%)





\*Somatório de todos equipamentos públicos de saúde, como hospitais, UPAS, postos de saúde, etc.  
 Fonte: Atlas do Distrito Federal 2017 - CODEPLAN

# ORÇAMENTO PÚBLICO E NÃO DISCRIMINAÇÃO



## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Disponibilizar marcadores de território e de raça e gênero no Orçamento Público para sabermos quanto está sendo destinado exclusivamente para população negra e para mulheres.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Ampliar investimentos direcionados a mulheres e população negra para combater disparidades e desigualdades sociais.



A participação social é um pilar fundamental da democracia. É por meio do amplo debate público envolvendo diversos atores que se torna possível balizar com eficiência e sensibilidade social os caminhos para o desenvolvimento social. Um dos instrumentos principais deste debate é o orçamento público, ou seja, a atividade permanente de acompanhar, fiscalizar, propor e intervir sobre a forma da execução de recursos de toda sociedade. Trata-se de uma via estruturante da garantia dos direitos humanos e justiça social.

Para que este acompanhamento aconteça a contento é fundamental que seus dados sejam amplamente divulgados, com os devidos e necessários recortes presentes na sociedade. As diferenças regionais, espaciais, etárias, de gênero, raça são indicadores que permitem analisar com a devida propriedade a organização das coisas. Porém isto não é o que acontece no Distrito Federal: a forma como o Orçamento Público é estruturado pelo GDF não permite o monitoramento efetivo de ações de enfrentamento às discriminações, já que não há separação por RA, fundamental em um território tão desigual, e nem marcadores de raça e

gênero. Isso prejudica o debate público e, por conseguinte, o combate às desigualdades.

A experiência de toda a população com a Covid-19 mostrou a quão cara é esta questão: ao mesmo tempo que buscávamos nos informar e intervir no debate público, estamos sob inundação de informações falsas, falaciosas e dificilmente verificáveis. Sem dados precisos à disposição ficamos vulneráveis a decisões esdrúxulas tanto de agentes públicos como privados.

Por isso propomos a instituição de marcadores de território (georreferenciamento) e público (raça e gênero) nas ações previstas no orçamento público, garantindo o monitoramento e o controle social. Os marcadores territoriais são muito importantes uma vez que, como aqui demonstrado, as desigualdades têm forte expressão territorial. Ao mesmo tempo os marcadores raciais e de gênero podem perceber disparidades presentes ainda dentro dos territórios, permitindo melhor controle de variáveis promotoras de desigualdades sociais.

# CULTURA



## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Investimento do valor garantido por lei no Fundo de Apoio a Cultura, acrescido dos superávits de 2017, 2018 e 2019.

## **OBJETIVO ESTRATÉGICO:**

Ampliar investimentos em cultura de forma descentralizada em todo o Distrito Federal.



A Cultura tem sido uma alternativa de vida e saúde para toda a população durante a pandemia. Artistas de todos os tipos têm feito atividades de grande impacto em nossas vidas. Seja por meios virtuais, analógicos, semipresenciais ou à distância, a arte tem sido fundamental para enfrentar as decorrências da Covid-19 em suas consequências. Para que a arte possa continuar cumprindo estas e outras funções sua integração com a sociedade é fundamental. A arte não deve ser criminalizada, desprezada ou fruto de preconceitos. Devemos conhecer sua história e valorizar seus agentes.

O movimento cultural é importante marca histórica do Distrito Federal. Desde tempos imemoriais, passando pela construção e crescimento da cidade a produção de cultura em seus diferentes matizes foi determinante para esta região. A cultura popular do DF tem tanto expressões locais seculares como também formações culturais de diferentes partes do país que para cá migraram no decorrer da história.

Além da rica e abrangente produção, a força do movimento cultural local conseguiu legislação própria para seu apoio e desenvolvimento. O Fundo de Apoio à Cultura (FAC) é uma conquista que, apesar de suas debilidades, precisa ser garantida e ampliada. Os problemas não são poucos. Por exemplo, um terço dos Cadastros de Entes e Agentes Culturais (CEAC) - necessários para inscrição de projetos em editais públicos - estão concentrados no Plano Piloto, prejudicando a circulação do recurso por todo o DF.

O ano de 2019 teve a menor execução efetiva do recurso disponibilizado para a manutenção do FAC dos últimos quatro anos. Como aponta o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), não houve a destinação do saldo decorrente das diferenças entre o mínimo definido por lei (0,3% da Receita Corrente Líquida) e a quantia empenhada nos exercícios anteriores desde 2017. O Governo do DF vem descumprindo sistematicamente a Lei Complementar distrital nº 934/2017 – Lei Orgânica da Cultura (LOC) que rege a aplicação mínima desses recursos no fomento à cultura. Além disso, a concentração de renda no Plano

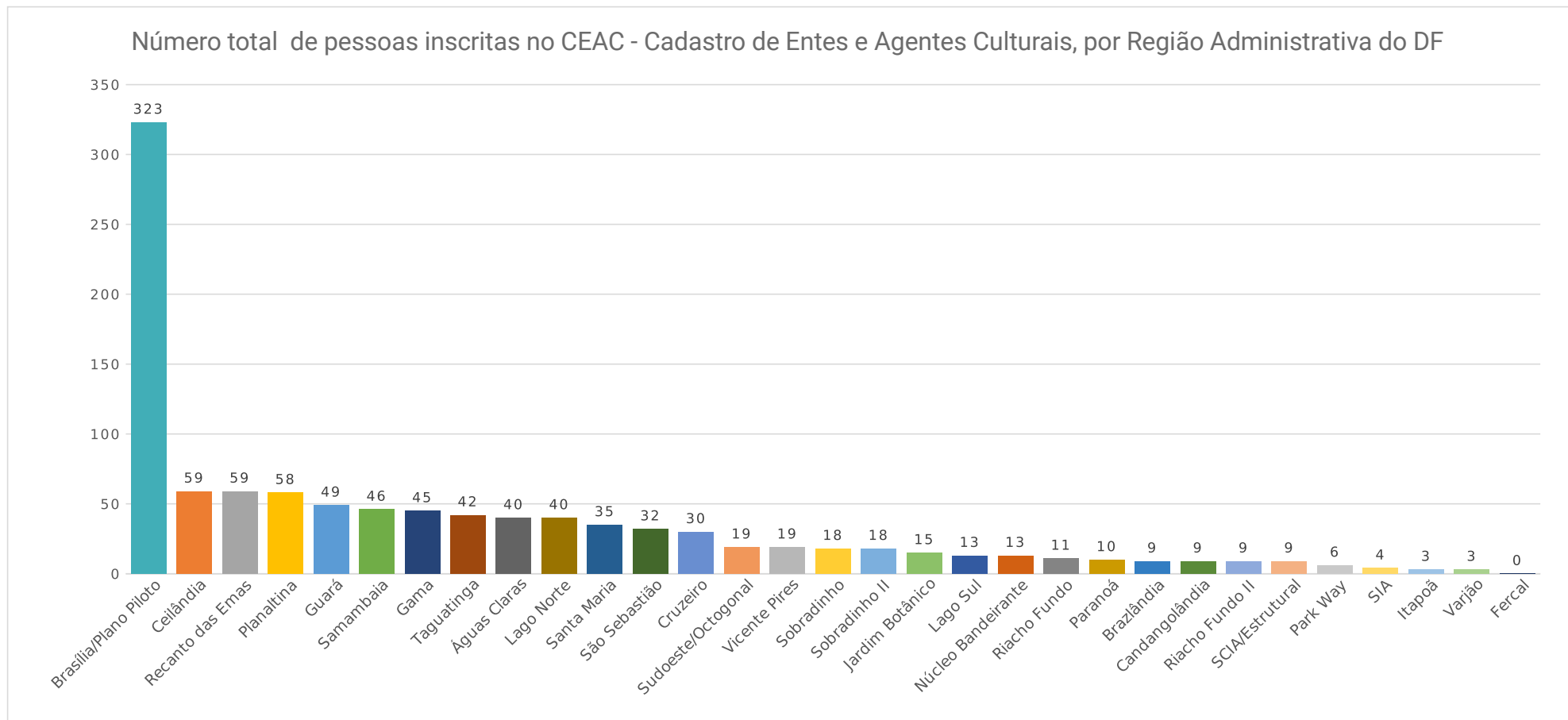


Piloto escancara a necessidade de suplementar editais regionalizados, que investem em projetos culturais que ocorrem em outras RAs do DF.

Temos a oportunidade tanto de corrigir falhas estruturais do setor de Cultura local como também incentivar o seu crescimento no próximo período. Para isso entendemos que

medidas tem de ser tomadas emergencialmente. Por exemplo, acreditamos que é possível, urgente e necessário o cumprimento da lei, disponibilizando ao FAC o montante de 0,3% da Receita Corrente Líquida acrescido dos saldos não executados em 2017, 2018 e 2019. Além disso devemos ampliar o investimento em cultura de forma estrutural e sistemática, principalmente fora do Plano Piloto.





\* O Cadastro de Entes e Agentes Culturais, mais conhecido como CEAC, é um cadastro de artistas, produtores e entidades culturais do DF, mantido pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

Fonte: Secretaria de Cultura do Distrito Federal - Mapa nas nuvens - Acesso em: 16/11/2020

# EQUIDADE RACIAL



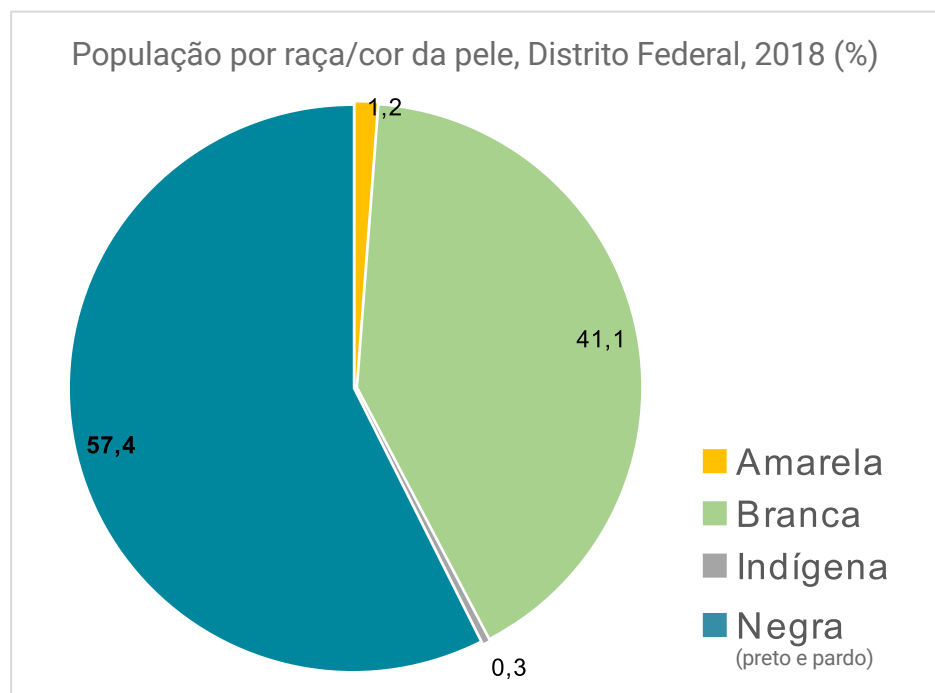
## **AÇÃO EMERGENCIAL:**

Destinar recursos para políticas de enfrentamento às desigualdades de raça com foco na Cidade Estrutural e na Fercal.

## **LONGO PRAZO:**

Consolidação de políticas de combate ao Racismo transversal ao conjunto das políticas públicas.

O Distrito Federal é um dos entes federados com maior porcentagem de população negra do país. Seis em cada dez pessoas do Distrito Federal se autodeclaram pretas ou pardas (57,6% segundo a Codeplan, 2019). Tal qual outras cidades do país, as desigualdades raciais são conhecidas por aqui, com dados consolidados demonstrando diferenças de emprego, renda, escolaridade, acesso aos serviços públicos, expectativa de vida entre distintos outros indicadores.



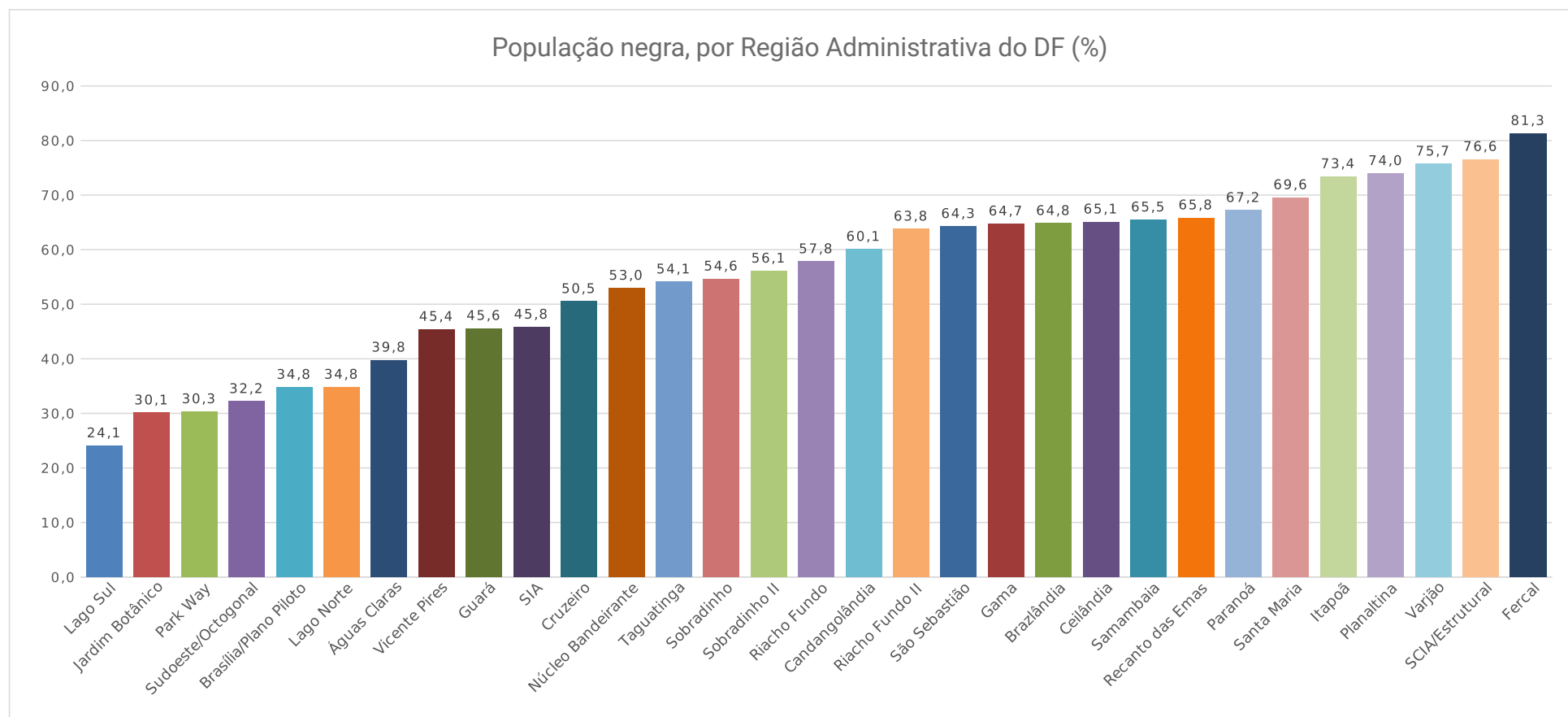
Fonte: Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018  
Elaboração própria

A desigualdade racial se torna espacial nos territórios de maioria negra. As Regiões Administrativas (RAs), não curiosamente, são menos assistidas por serviços públicos e oportunidades quanto mais negra é sua população. Conforme pode se observar nos distintos indicadores sociais, a situação é extremamente crítica nessas RAs. Fercal e Estrutural são as RAs com maior população negra proporcionalmente. As duas cidades também concentram os piores indicadores em diferentes áreas. Além disso os indicadores globais e locais demonstram que a letalidade por Covid-19 é maior sobre a população negra. Isso não é uma coincidência ou diferença biológica. O racismo piora o acesso e qualidade dos serviços para a população negra de forma brutal.

Por isso o combate ao racismo no Distrito Federal precisa, emergencialmente, de políticas voltadas especialmente aos territórios negros locais, sendo estas duas RAs situações críticas que precisam de ações imediatas. Para enfrentar efetivamente o racismo constituinte do Distrito Federal, faz-se necessário adotar ações específicas para população

negra em todas as áreas citadas em nossa Agenda: saúde, educação, mobilidade urbana, saneamento básico, cultura, trabalho e renda. Assim, como medida a ser implementada ainda em 2021, propomos destinar recursos para políticas de enfrentamento das desigualdades de raça com foco na

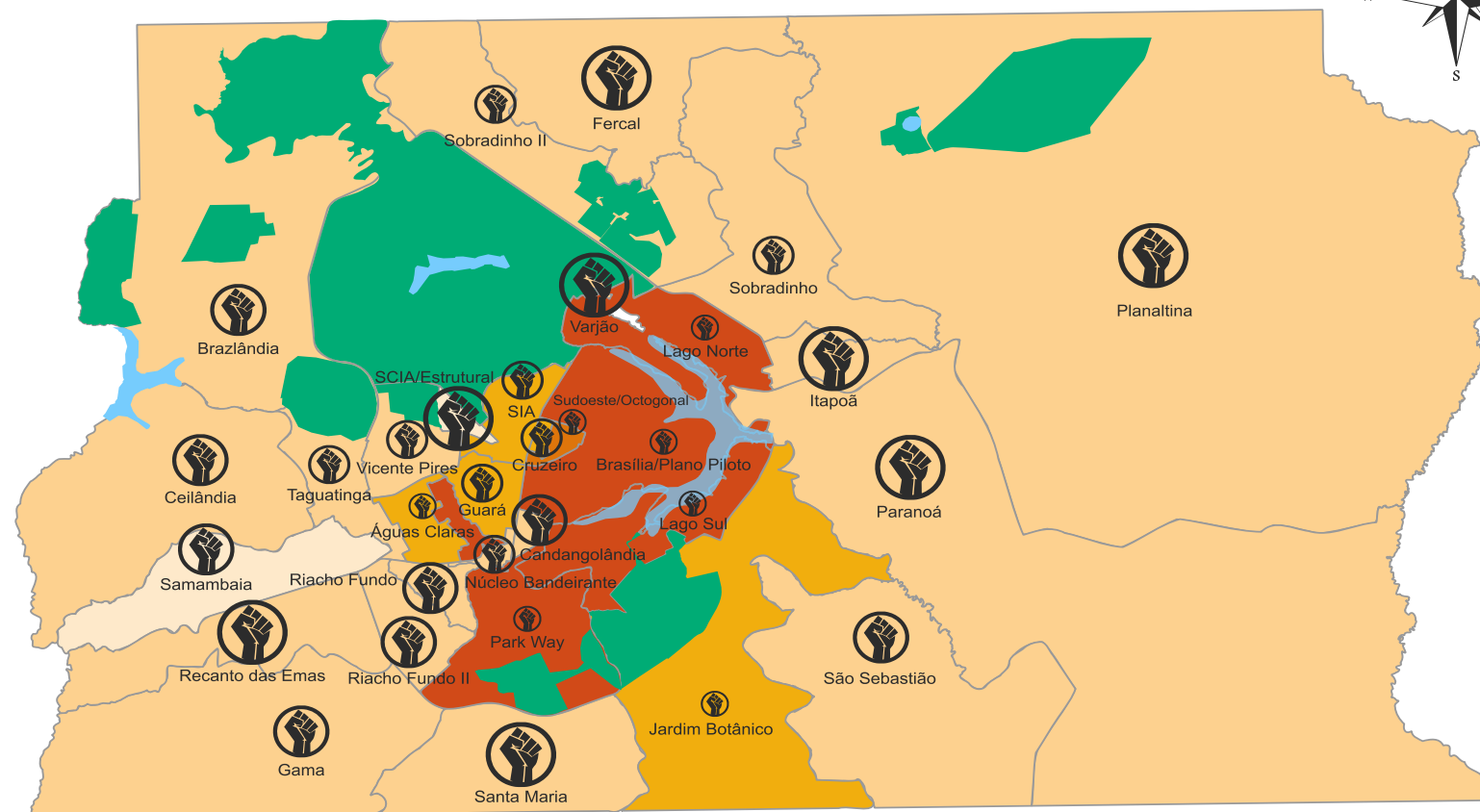
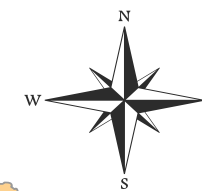
Cidade Estrutural e na Fercal por serem essas as RAs proporcionalmente mais negras de nosso território, e compreendendo estas necessidades da população negra de todo o DF.



\*O cálculo da população negra levou em consideração o somatório percentual da população que se auto declarou preta e parda.

Fonte: Codeplan/DIEPS/GEREPS/PDAD 2018  
Elaboração própria

# Rendimento médio domiciliar X População Negra - Distrito Federal / 2018.



**Legenda:**

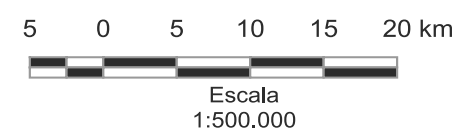
**População Negra (em %)**

- 24,1 - 44,0
- 44,0 - 57,0
- 57,0 - 65,6
- 65,6 - 81,3

**Reserva Ambiental**

**Salário Mínimo**

- acima de 20
- de 10 a 20
- de 5 a 10
- de 2 a 5
- de 1 a 2



8280000  
8260000  
8240000  
8220000

Fonte de Dados:  
CODEPLAN - PDAD 2018

SRC:  
SIRGAS 2000 - UTM 23 Sul



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas aqui presentes foram elaboradas a partir da análise crítica dos indicadores sociais do Distrito Federal e um entendimento de que a pandemia do novo Coronavírus, ainda que não as tenha causado, agravou e evidenciou as pungentes desigualdades que constituem o nosso território. Se antes da chegada da pandemia já eram urgentes as medidas de enfrentamento real dessas desigualdades, como já evidenciamos nas três edições do *Mapa das Desigualdades*, a emergência sanitária agravou este quadro e exige um compromisso político dos poderes públicos para que deixemos de figurar no vergonhoso ranking dos estados mais desiguais do país.

Assim, como movimento comprometido com a garantia de direitos, nesta agenda propusemos 10 ações que devem estar entre as prioridades políticas do Executivo, Legislativo e Judiciário do Distrito Federal. Como também deixamos claro ao longo do documento, a AGENDA 10 DF não é um fim, mas o começo de uma caminhada na direção de um Distrito Federal mais justo e equânime. Tal caminho exige prioridade política, destinação de recursos orçamentários para efetivação de políticas públicas e participação popular. Esperamos que os poderes públicos distritais se abram para essas e outras reivindicações populares, priorizando o que efetivamente importa para quem vive e constrói o Distrito Federal.



# EQUIPE INESC

## CONSELHO DIRETOR

Enid Rocha Andrade da Silva  
Júlia Alves Marinho Rodrigues  
Luiz Gonzaga de Araújo  
Márcia Anita Sprandel  
Pedro de Carvalho Pontual

## CONSELHO FISCAL

Iliana Alves Canoff  
Lucas de Alencar Oliveira  
Mario Lisbôa Theodoro  
Suplente: Roseli Faria

## COLEGIADO DE GESTÃO

Iara Pietricovsky de Oliveira  
José Antonio Moroni

## COORDENADORA DA ASSESSORIA POLÍTICA

Nathalie Beghin

## GERENTE FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E DE PESSOAL

Maria Lúcia Jaime

## ASSISTENTE DA DIREÇÃO

Adriana Silva Alves  
Ana Paula Felipe  
Marcela Coelho M. Esteves

## EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Sílvia Alvarez  
Ana Carolina Soares  
Thaís Vivas

## ASSESSORIA POLÍTICA

Alessandra Cardoso  
Carmela Zigoni  
Cléo Manhas  
Leila Saraiva Pantoja  
Livi Gerbase  
Luiza Pinheiro  
Márcia Acioli  
Tatiana Oliveira

## ASSESSORIA TÉCNICA

Dyarley Viana de Oliveira

## EDUCADOR/A SOCIAL

Thallita de Oliveira Marcus Silva

## CONTADORA

Rosa Diná Gomes Ferreira

## ASSISTENTE DE CONTABILIDADE

Ricardo Santana da Silva

## TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Cristóvão Frinhani  
Auxiliares Administrativos  
Adalberto Vieira dos Santos  
Eugênia Christina Alves Ferreira  
Isabela Mara dos Santos da Silva  
Josemar Vieira dos Santos

## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Roni Ferreira Chagas

## ESTAGIÁRIOS/AS

Cássia Cristina  
Icaro Sousa  
Victor Queiroz  
Walisson Braga da Costa

## ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - MOVIMENTO NOSSA BRASÍLIA

Tâmara Jacinto

## FORMULAÇÃO DE INDICADORES

Julio Campos

## ANÁLISE DE DADOS

Paique Duques Santarém

## FOTOS

Thiago Araújo  
Anne Vilela (pag.39)  
Thais Mallon (pag.41)

## PROJETO GRÁFICO

Nara Oliveira (Estúdio Gunga)

## INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, no 17, 13o Andar Cobertura - Edifício Márcia  
CEP 70. 3037-900 - Brasília/DF  
Telefone: + 55 61 3212-0200  
E-mail: [inesc@inesc.org.br](mailto:inesc@inesc.org.br)  
Página Eletrônica: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

## APOIO INSTITUCIONAL

BIC – Bank Information Center  
Charles Stewart Mott Foundation  
CLUA – Climate and Land Use Alliance  
Fastenopfer  
FLD- Fundação Luterana de Diaconia  
Fundação Avina  
Fundação Ford  
Fundação Heinrich Böll  
Fundação Itaú Social  
Fundar  
IBP – Center on Budget and Policy  
Priorities  
ICS – Instituto Clima e Sociedade  
KNH – Kindernothilfe  
Malala Fund  
Misereor  
OSF – Open Society Foundation  
Oxfam Brasil  
Pepsico do Brasil  
PPM – Pão para o Mundo  
Pulsante  
Rainforest  
SAGE- New Venture Fund



FABRICA DE GELADINHO e DOCES...

RUA DA PAZ  
Qd. 24 Lt. 09  
Stª LUZIA

